

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Aos bons velhos tempos? As atitudes dos cidadãos face ao passado autocrático na Europa Central e do Leste

André Alexandre Caçador Foguete

Mestrado em Ciência Política

Orientadora:

Professora Doutora Filipa Raimundo, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Professor Doutor José Santana Pereira, Professor Auxiliar,
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2023

iscte

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e de Políticas Públicas

Aos bons velhos tempos? As atitudes dos cidadãos face ao passado autocrático na Europa Central e do Leste

André Alexandre Caçador Foguete

Mestrado em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Professora Filipa Raimundo, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutor Professor, José Santana Pereira, Professor Auxiliar,
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2023

Agradecimentos

Começo por agradecer aos meus pais, os principais responsáveis por todo o meu percurso. Sem eles, nada disto seria possível e hoje não poderia estar onde estou. Por estas razões e por outras mais, dedico-vos a minha dissertação, como demonstração do meu agradecimento e de reconhecimento pelo esforço que fizeram e fazem para me permitirem concretizar os meus objetivos.

Ainda nesta corrente de agradecimentos aos familiares, não posso deixar de mencionar as minhas imitações mais novas, os meus irmãos, não tanto pelo apoio na realização da minha dissertação, mas pela distração durante a realização da mesma. Ainda assim, adoro-vos.

Desde que iniciei este projeto, sempre fui bem acompanhado e aconselhado pela minha equipa de orientação, em especial pelo professor José Santana Pereira, que muito antes de começar a dissertação já me enviava artigos e aconselhava sobre o caminho a seguir. Inicialmente, o professor foi convidado para participar na presente dissertação com a função de me auxiliar numa componente mais técnica da investigação, no entanto, com o decorrer da mesma, desempenhou um papel para além do previsto. Agradeço-lhe profundamente a paciência, o rigor e o apoio total ao longo deste último ano. Subjacente a este agradecimento, menciono honrosamente a professora Filipa Raimundo pelo apoio e aconselhamento.

Não posso terminar esta secção sem agradecer a todos os meus amigos por todo o apoio e distração dados no decorrer do último ano. Por fim, quero agradecer também à minha M. por todo o apoio durante a realização deste projeto, um obrigado não chega para agradecer todo o seu contributo para que esta dissertação fosse possível. No momento mais difícil deste projeto, o apoio dela foi essencial para me incentivar a continuar.

Um obrigado nunca será suficiente para agradecer o apoio de todos vós.

Resumo

O colapso dos regimes autocráticos comunistas europeus e, conseqüente, independência e democratização do mundo comunista, nos anos 90 do século XX, patrocinou um novo cenário internacional, com a abertura da Europa do Central e do Leste ao Ocidente. Apesar disso, nem todos os estados seguiram o mesmo rumo económico, político e social, apresentando uma diversidade de percursos, sendo que nos diversos países continuou-se a assistir à manutenção de alguns elementos associados ao regime anterior. Ao mesmo tempo, no período posterior à queda do mundo soviético, diversos estudos de opinião pública demonstraram níveis consideráveis de atitudes favoráveis dos cidadãos em relação ao passado autocrático. Influenciados por estas descobertas, alguns estudos procuraram compreender este fenómeno através de um enfoque em fatores aos níveis micro e macro; no entanto, estes demonstram-se limitados do ponto de vista das respostas alcançadas e do número de casos analisados. Neste sentido, a presente dissertação procurou contribuir para este debate, com a apresentação de uma visão multi-explicativa e alargada, analisando 20 estados com passado associado aos regimes autocráticos comunistas da Europa Central e do Leste, entre 1995 e 1999. Com base no trabalho empírico realizado, a presente dissertação evidencia que as atitudes face ao passado resultam de fatores associados ao indivíduo (exposição ao período autocrático, ideologia e a avaliação face ao atual regime) e ao sistema (presença de partidos sucessores e o posicionamento destes em relação ao anterior regime).

Palavras-Chave: Atitudes face ao passado autocrático; Europa Central e do Leste; Socialização; Ideologia; Avaliação do atual regime; Partidos Sucessores

Abstract

The collapse of Europe's autocratic communist regimes and, consequently, the independence and the democratization of the communist world in the 1990s brought about a new international scenario with Central and Eastern Europe opening their doors to the West. Despite this, not all states followed the same economic, political, and social course, with various paths, and in several countries, some elements associated with the previous regime were still observable. At the same time, after the fall of the Soviet world, various public opinion studies showed considerable levels of favorable attitudes among citizens towards the autocratic past. Influenced by these findings, several scholars have sought to understand this phenomenon by focusing on factors at the micro and macro levels; however, their contributions are limited in terms of the answers obtained and the number of cases under analysis. In this sense, this dissertation sought to contribute to this debate by presenting a multi-explanatory and broader view, analyzing 20 former communist countries in Central and Eastern Europe between 1995 and 1999. Based on the empirical evidence, this dissertation shows a relationship between attitudes towards the past and individual (exposure to the autocratic period, ideology, and assessment of the current regime) and systemic dimensions (presence of successor parties and their position about the previous regime).

Assessment of the current regime

Keywords: Attitudes towards the autocratic past; Central and Eastern Europe; Socialization; Ideology; Assessment of the current regime; Successor Parties

Índice

Índice de Tabelas	
Índice de Figuras	
Glossário de Siglas	
Introdução	1
Capítulo 1. Mudança de Regime, Legados e Atitudes Face ao Passado Autoritário:	
Revisão de Literatura	5
Capítulo 2. Objetivos, Hipóteses e Metodologia	13
2.1 Objetivos, contributo e lacunas	13
2.2 Casos	14
2.3 Hipóteses	17
2.4 Operacionalização de Variáveis e Estratégia de Análise de Dados	20
Capítulo 3. Resultados	23
3.1 Fatores micro	23
3.2 Fatores macro	29
Conclusão	34
Referências Bibliográficas	38
Anexos	41

Índice de Tabelas

Tabela 1. Impacto das variáveis micro nas atitudes em relação ao regime autocrático	24
Tabela 2. Balanço geral do impacto das variáveis micro nas diversas realidades nacionais	28
Tabela 3. Impacto das variáveis macro <i>presença da elite autocrática no processo de mudança de regime</i> e da <i>presença de partidos sucessores</i> nas atitudes em relação ao regime autocrático	30
Tabela 4. Impacto da variável macro <i>posicionamento dos partidos sucessores</i> em relação ao passado autocrático nas atitudes dos cidadãos	32

Índice de Figuras

Figura 1. Avaliação média dos cidadãos em relação ao passado autocrático (1995-1999) 1

Glossário de Siglas

BSP – Partido Socialista Búlgaro

EUA- Estados Unidos da América

KPRF- Partido Comunista da Federação Russa

KPU- Partido Comunista da Ucrânia

KSCM- Partido Comunista da Boémia e Morávia

LDDP- Partido Trabalhista Democrático da Lituânia

MSRP- Partido Socialista Húngaro

NATO- Organização do Tratado do Atlântico Norte

PDSR- Partido Social Democrático da Roménia

PSS- Movimento de Força da Sérvia

SDL- Aliança de Esquerda Democrática

SDP- Partido Social Democrata

SLD- Partido Democrata de Esquerda

SPA- Partido Socialista da Albânia

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

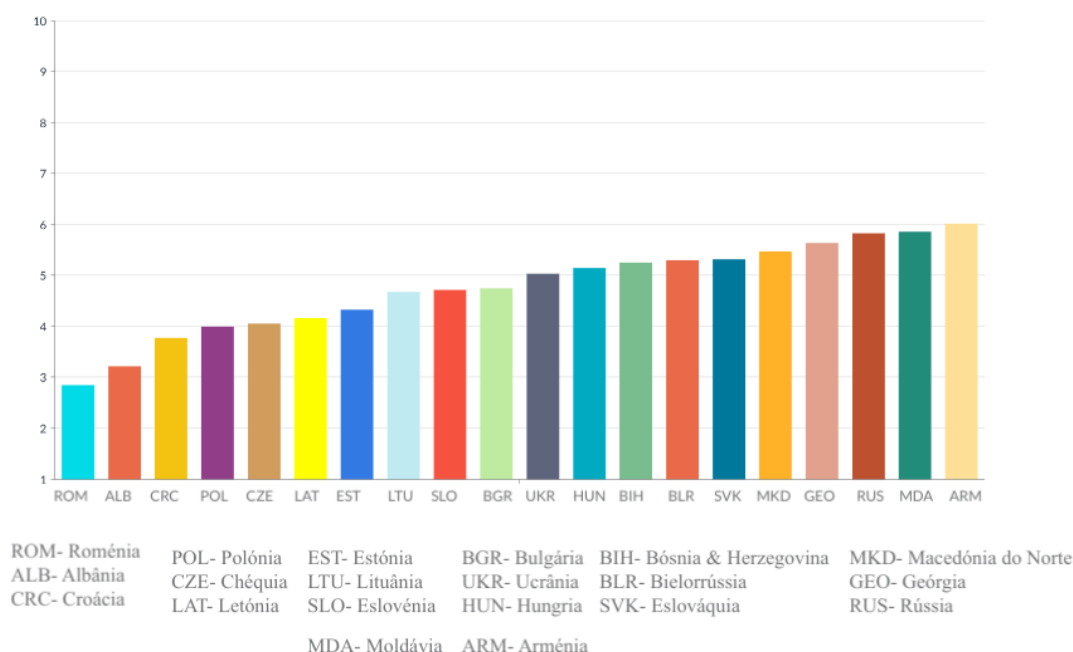
WVS- World Values Survey

Introdução

Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o sistema político internacional assistiu à bipolarização do mundo entre o Ocidente (EUA e os seus aliados) e o Oriente (URSS). No entanto, com o deteriorar da situação económica, financeira e política, nos anos 90, o mundo comunista colapsou e deu origem a novas realidades políticas, culminando com a abertura política e económica da Europa Central e do Leste ao mundo.

Neste quadro de desaparecimento da realidade autocrática comunista e dos respetivos regimes, no contexto europeu, alguns inquéritos à população, realizados na segunda metade da década de 1990, evidenciaram que o período autocrático ainda estava bem presente nos diversos contextos nacionais, com a apresentação de atitudes favoráveis em relação ao mesmo. À semelhança do que se verificou nos demais inquéritos e estudos, a presente dissertação também evidenciou um cenário geral de satisfação em relação ao contexto comunista, baseado na exibição de uma avaliação média geral de 5 em 10.

Figura 1- Avaliação média dos cidadãos em relação ao passado autocrático (1995-1999)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do WVS 1995-1999¹

¹ As avaliações médias apresentadas derivam da resposta dos indivíduos à seguinte questão: “People have different views about the system for governing this country. Where on this scale would you put the political

No entanto, como é possível observar na figura 1, as avaliações médias variam de realidade nacional para realidade nacional. De facto, em metade dos contextos nacionais analisados (Ucrânia, Hungria, Bósnia e Herzegovina, Bielorrússia, Eslováquia, Macedónia do Norte, Geórgia, Rússia, Moldávia e Arménia) observam-se atitudes médias entre 5 e 6, o que se traduz na apresentação de perspetivas moderadamente satisfatórias em relação ao contexto autocrático. Relativamente aos demais casos, os valores médios registados revelam perspetivas individuais médias negativas face ao período autocrático e, por conseguinte, encontram-se abaixo da média geral. No entanto, somente nos casos da Albânia, Croácia e Roménia, as avaliações médias registam valores muito baixos inferiores a 4, o que se traduz em perspetivas muito negativas face ao contexto autocrático.

Segundo Przeworski (2022), os resultados verificados nos diversos inquéritos podem ser o reflexo do apoio e identificação dos cidadãos com os regimes autocráticos. No entanto, apesar da identificação de alguma satisfação em relação aos regimes comunistas, as diversas contribuições afastaram a ideia de que esse facto se traduzisse no desejo de retroceder no tempo e de voltar para o período autocrático e, por conseguinte, colocar em causa a sobrevivência da democracia (ex.: Erkman & Linde, 2005; Gherghina & Klymenko, 2012).

De qualquer maneira, ao longo dos anos, diversas têm sido as respostas dadas pela literatura para explicar o fenómeno em estudo. Numa primeira fase, alguns autores associaram as atitudes em relação ao passado a questões relacionadas com a nostalgia, sendo o reflexo da identificação dos indivíduos com regime autocrático (Erkman & Linde, 2005; Munro, 2006; Gherghina, 2011). No seguimento destas descobertas, a literatura, posteriormente, explorou as atitudes como efeito da socialização e, neste cenário, a apresentação de perspetivas positivas em relação ao período comunista resulta da absorção, por parte da população, dos princípios basilares intrínsecos ao mesmo (Gherghina & Klymenko, 2012; Pop-Eleches & Tucker, 2017). Apesar destes grupos de contribuições apresentarem o passado como principal instigador das perspetivas individuais, os mesmos também abriram portas para a associação das atitudes individuais como resultado das perspetivas em relação ao presente, como, por exemplo, a avaliação do desempenho do atual regime. Mais recentemente, numa visão alargada referente aos fenómenos explicativos das atitudes dos cidadãos, a investigação identificou algumas variáveis associadas ao indivíduo (socialização, ideologia, identificação partidária, etc.) e ao sistema (modos de mudança de regime e a presença de partidos

system as it was?”, sendo que os indivíduos apresentam a sua perspetiva face ao passado através do seu posicionamento numa escala de 1(muito mau) a 10(muito bom).

sucessores) que influenciam as atitudes deste em relação ao período autocrático (Santana Pereira et al., 2016; Raimundo & Santana Pereira, 2021).

Não obstante, ainda não foi possível alcançar conclusões satisfatórias referentes à temática em questão, atendendo as lacunas intrínsecas às diversas contribuições. Em primeiro lugar, a literatura procurou apresentar uma visão focada principalmente em dimensões micro, ou seja, as atitudes tendem a ser vistas como o resultado de variáveis associadas ao indivíduo, nomeadamente, como reflexo da nostalgia, socialização, ideologia e apoio partidário, entre outras. No entanto, nos raros estudos em que as dimensões macro foram aferidas, foi demonstrada a influência do modo de mudança de regime e da presença de partidos sucessores nas atitudes individuais em relação ao passado (Santana Pereira et al. 2016; Raimundo & Santana Pereira, 2021). Subjacente a estas falhas, a literatura focou-se principalmente na realidade pós-comunista associada à URSS (Ekman & Linde, 2005, Gherghina & Klymenko, 2012; Pop-Eleches & Tucker, 2017), existindo um número muito reduzido de contribuições com outros focos geográficos (Santana Pereira et al. 2016; Raimundo & Santana Pereira, 2021). Para além disto, no contexto autocrático comunista europeu, a literatura nunca explorou a realidade balcânica.

A temática revela-se essencial para compreender a realidade pós-comunista, associada à diversidade de trajetos políticos dos diversos estados com passado associado aos regimes autocráticos comunistas e à transposição de elementos do anterior para o novo regime. Subjacente a isto, a literatura especializada no processo de democratização realça a importância das atitudes na consolidação de um regime, visto que associado ao processo de consolidação de um regime surge a necessidade de demonstração de apoio por parte da população ao mesmo e de apresentação valores coerentes e condizentes com este (ex.: Linz & Stepan, 1996).

Neste contexto, a presente investigação procura colmatar as lacunas anteriormente enunciadas, ao apresentar uma visão multi-explicativa das atitudes dos cidadãos em relação ao regime autocrático, baseada na seleção de diversas variáveis micro e macro. Ou seja, para explicar a variação das atitudes dos indivíduos em relação ao regime anterior recorre-se a variáveis micro e macro explicativas. Neste sentido, procura-se analisar o efeito, a nível micro, da socialização (H1), da ideologia (H2), do orgulho na nacionalidade (H3), da avaliação do desempenho do atual regime (H4) e, a nível macro, da presença da elite

autocrática no processo de mudança de regime (H5), da presença de partidos sucessores (H6) e do posicionamento destes em relação ao período autocrático (H7a e H7b).

Subjacente a estas especificadas, este estudo destaca-se pela análise do maior número de casos analisados simultaneamente, nesta linha de investigação, contabilizando 20 estados do centro e leste europeu, com passado associado aos diversos regimes autocráticos comunistas europeus (Albânia, Arménia, Bielorrússia, Bósnia, Bulgária, Chéquia, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Geórgia, Hungria, Letónia, Lituânia, Macedónia do Norte, Moldávia, Polónia, Roménia, Rússia e Ucrânia).

Neste quadro, procurou-se alcançar a resposta à seguinte questão: “Que fatores explicam as atitudes dos cidadãos face ao passado autocrático na Europa Central e de Leste?”. Para alcançar esta finalidade, recorreu-se aos dados da versão do WVS de 1995-1999 e, ainda, a alguma literatura especializada na temática e no contexto pós-comunista, com especial enfoque nos processos de mudança de regime e os partidos sucessores, necessária para operacionalizar algumas das dimensões macro aqui analisadas.

A presente dissertação encontra-se estruturada em três grandes capítulos. No primeiro, procura-se realizar uma revisão da literatura especializada sobre as temáticas em foco, ou seja, faz-se o levantamento das diversas abordagens referentes aos processos de mudanças de regimes, ao legado autocrático e, ainda, às atitudes em relação ao passado autocrático. Posteriormente, encontra-se o capítulo referente aos objetivos, contributos e metodologia, em que se procura enquadrar a presente dissertação na literatura sobre atitudes em relação ao passado, destacar os seus aspetos inovadores e especificar as componentes metodológicas deste estudo. Por fim, o capítulo dedicado aos resultados dos diversos testes, em que se pretende avaliar o impacto das diversas variáveis seleccionadas nas atitudes dos cidadãos em relação ao regime autocrático e discutir os resultados obtidos. A dissertação encerra-se com algumas notas conclusivas inspiradas pelos resultados empíricos observados.

Capítulo 1. Mudança de Regime, Legados e Atitudes Face ao Passado Autoritário: Revisão de Literatura

A história política demonstra a efemeridade dos regimes políticos: tal como se instauram, também colapsam (Huntington, 1991). Assim sendo, ao longo dos anos, a literatura referente aos processos de mudança de regime associa como fenómenos explicativos dos colapsos as crises políticas, económicas e sociais endógenas ou exógenas (Teorell & Hademius, 2004; Gunistky, 2017).

Os diversos autores que focaram os seus estudos nos processos de democratização destacaram a importância do período de transição na consolidação e legitimação do novo regime (ex.: Munck & Leff, 1997), sendo que neste período deve-se concretizar a instauração das estruturas físicas e psicológicas da nova realidade política, através da adoção de diversas reformas institucionais e da implementação dos valores intrínsecos ao novo sistema político (Karl, 1990; Linz & Stepan, 1996; Munck & Leff, 1997; Neundorf, 2010). No entanto, tal como afirma Grzymala-Busse (2020) nem todos os processos de colapso dos regimes autoritários e, conseqüente, mudança de regime se traduzem na mudança imediata das circunstâncias, visto que em alguns casos específicos, a elite autocrática consegue manter as suas influências, impactando no processo e no novo regime.

Neste sentido, num dos primeiros estudos sobre as mudanças de regime, Linz (1978) afirmou que a mudança de regime pode ser impulsionada, por um lado, por *reformas* políticas, sociais e económicas levadas a cabo pelo poder político incumbente, o que coloca problemas para o novo regime, uma vez que o modo de transição é influenciado por estes. Por outro lado, a mudança de regime pode ocorrer por *rutura*, quando as forças políticas, sociais e militares formam uma oposição e impulsionam o colapso do regime, iniciando um período de corte profundo face ao passado, legitimado em momento eleitoral. Posteriormente, outros investigadores influenciados por este modelo adaptaram-no a diversos contextos políticos, históricos e geográficos, o que originou uma panóplia deveras diversificada de novas tipologias de mudança de regime (Share, 1987, Karl, 1990, Munck & Leff, 1996; Linz & Stepan, 1996). No entanto, a ideia basilar intrínseca às diversas teorizações é a mesma que foi desenvolvida por Linz (1978), ou seja, existem processos pautados pela elite autocrática e processos levados a cabo pela oposição ao regime.

A literatura tende a ser consensual quando afirma a importância do período de transição e do modo em que esta é realizada na estruturação e consolidação de um novo regime. Isto é, o modo de concretização da mudança de regime impacta na forma como se realiza a rutura face ao passado e se criam as raízes do novo regime (ex.: Linz & Stepan, 1996). Nesta linha de pensamento, Munck e Leff (1997) destacam como uma mudança de regime impulsionada via negocial, entre a elite autocrática e a oposição, impacta a transposição do passado para o presente e, conseqüentemente, a consolidação do novo regime. No entanto, por muito que a literatura insista no impacto do modo de transição na rutura face ao passado, a realidade é que independentemente do modo de mudança de regime, o novo regime tende a apresentar características de carácter psicológico ou físico do regime anterior, que se vão mantendo com efeitos não negligenciáveis (Jowitt, 1992; Comisso, 1995; Crawford & Lijphart, 1997; Grzymala-Busse, 2001, 2020; Hite & Morlino, 2004; Hite & Cesarini, 2004; Alesina & Fuchs-Schundeln, 2005; Morlino, 2010; Pop-Eleches & Tucker, 2010, 2011, 2013; Laporte & Lussier, 2011; Carter et al., 2016).

A relação entre o passado e o presente tem sido explorada pela literatura, principalmente focada no mundo pós-comunista, sendo possível constatar que alguns dos fenómenos verificados nos diversos estados após o colapso dos regimes socialistas, na Europa Central e do Leste, podem ser associados ao passado autoritário. Nesta linha de pensamento, Neundorff e Pop-Eleches (2020) alegam a longa duração dos efeitos do passado autocrático no novo regime como resultado, por um lado, do processo de socialização e, conseqüente doutrinação e, por outro, da manutenção de instituições políticas e sociais associadas ao período autocrático. Não obstante, Hanson (1997) alerta que para o estudo dos legados e os seus impactos é necessário compreender que existem legados cuja importância e a durabilidade varia de realidade nacional para realidade nacional.

A investigação referente ao fenómeno dos legados autocráticos tem apresentado maior preocupação com a identificação empírica dos elementos persistentes nos novos regimes e possíveis impactos (ex.: Jowitt, 1992; Grzymala-Busse, 2001; Alesina & Fuchs-Schundeln, 2005; Pop-Eleches & Tucker, 2010, 2011, 2013; Carter et al., 2016), descurando uma parte essencial do fenómeno – a sua conceptualização. Neste sentido, numa fase embrionária sobre o estudo dos legados autocráticos, Hite e Cesarini (2004) conceptualizaram o fenómeno em questão como a permanência de elementos físicos, psicológicos/culturais e das redes de influência das elites associados ao período ditatorial no novo regime. Posteriormente, Morlino (2010) conceptualiza o legado autocrático como um conjunto de elementos psicológicos

(crenças, valores e atitudes) e físicos (instituições políticas e sociais) introduzidos em contexto autoritário que foram transpostos para o contexto democrático, refletindo-se nas atitudes e nos comportamentos dos indivíduos. O que se sabe é que independentemente do autor ou da teorização referente ao fenómeno em análise, o conceito deve ser compreendido como as influências do período autocrático nos regimes precedentes. (Laporte & Lussier, 2011).

Como mencionado anteriormente, os legados do regime autoritário não exercem o mesmo impacto nos cidadãos e no sistema e a sua durabilidade também apresenta variações nas diversas realidades nacionais (Hanson, 1997). Nesta linha de pensamento, entre os diversos elementos herdados do período autocrático, a herança psicológica, associada às atitudes, valores, comportamentos e ideologias apresenta efeitos a longo prazo nos indivíduos (Neundorf & Pop-Eleches, 2020), refletindo-se nas preferências políticas e perspetivas dos mesmos em relação ao atual e anterior regime.

Neste contexto, a literatura referente à mudança de regime e ao processo de democratização enfatiza o papel das atitudes na consolidação e legitimação de um regime. Neste sentido, Linz e Stepan (1996) afirmam que “para a transição democrática ser concluída, existem muitas tarefas que precisam de ser realizadas, condições que devem ser cumpridas e atitudes e hábitos que devem ser implementados antes que a democracia possa ser considerada consolidada” (Linz & Stepan, 1996: 5, tradução do autor). Ou seja, segundo os autores, a consolidação de um regime carece da demonstração de atitudes favoráveis e condizentes com o novo regime. Nesta linha de pensamento e reafirmando a importância das atitudes dos cidadãos no processo de consolidação de um regime, Mishler e Rose (2002) relatam que o impacto da socialização, principalmente em contextos de transição de um regime autocrático para um democrático, e do desempenho político e económico do atual regime no tipo de atitude adotada pela população face ao mesmo. Não obstante, a literatura tende a ser consensual quando evidencia que a existência de atitudes desfavoráveis face ao atual regime não implica um risco para a sobrevivência do mesmo, desde que estas só representem uma minoria. Entenda-se que o sistema só entra em risco caso a maioria não o legitime como “*the only game in town*” (Linz & Stepan; 1996: 5).

Neste sentido, sabendo da importância das atitudes no processo de consolidação de um regime (Mishler & Rose, 2002) e, do impacto das mesmas nos afetos, crenças e comportamentos dos indivíduos (Albarracin et al., 2005), surge a necessidade explorar o

conceito de atitude. No entanto, tal como afirmam Krosnick et al. (2005), esta tarefa não se apresenta fácil devido às diversas evoluções intrínsecas ao conceito, que, por sua vez, apresentam-se como não sendo consensuais. Apesar das dificuldades existentes, numa versão mais geral sobre o conceito em questão, Albarracin et al. (2005) defendem que as atitudes são o resultado de um processo cognitivo, que expressa uma reação face a um objeto ou circunstância baseada em julgamentos e memórias dos indivíduos.

Como mencionado anteriormente, por vezes o conceito de atitudes políticas tende a ser usado em concomitância com o conceito de apoio político, sendo que, segundo Easton (1975), esta confusão é válida, atendendo que ambos os conceitos são utilizados para se referir às reações dos indivíduos face a um objeto ou contexto. No entanto, de acordo com o autor, o apoio deve ser visto mais como um comportamento e menos como uma atitude. Assim sendo, o apoio pode ser definido como uma reação de orientação individual perante um objeto ou contexto, que expressa um juízo de valor. Em conformidade com a teorização de Easton (1975) podem distinguir-se dois tipos de apoio: por um lado, o apoio difuso, que consiste numa avaliação individual face a um objeto ou ao que ele representa; por outro lado, o apoio específico, que é um comportamento depreciativo baseado numa relação causal entre as expectativas e exigências individuais e o desempenho político e económico.

Tendencialmente, as atitudes políticas tendem a ser aglomeradas na chamada cultura política, que consiste nas “(...) orientações políticas – atitudes face ao sistema político e os seus diversos componentes, e as atitudes face ao papel do indivíduo no próprio sistema.” (Almond & Verba, 1963:13; tradução do autor). De acordo com Almond e Verba (1963), a cultura política é uma forma de orientação do indivíduo face a um objeto, baseada na formação educacional do indivíduo, que se traduz em diversas reações face ao sistema e às decisões políticas, ou seja, em atitudes e comportamentos que são nada mais, nada menos do que avaliações individuais relativamente a um objeto ou contexto (atitudes), que se traduzem em ações (comportamentos). A cultura política revela-se essencial para garantir a sustentabilidade do sistema político, atendendo que esta fornece a possibilidade de aferir a legitimidade do mesmo (Almond et al., 1996), sendo que em cenários de democratização torna-se fundamental, à semelhança de fatores de origem política, económica e social, para justificar o trajeto e as mudanças no sistema político (Vanhanen, 2003). Nesta linha de pensamento, alguns autores (Linz & Stepan, 1996; Merkel, 2008) demonstram que a cultura política assume o protagonismo no processo de consolidação de um regime, uma vez que esta carece da assimilação e legitimação dos valores e das estruturas intrínsecas ao regime.

Ao longo dos anos, a literatura referente aos legados autocráticos tem-se focado principalmente na identificação e no impacto dos elementos herdados do regime anterior no novo regime. Neste contexto, poucos são os estudos que se debruçam sobre a questão das atitudes dos cidadãos face ao passado autoritário. Este fenómeno pode ser explicado pela falta de dados referentes às atitudes individuais em relação ao regime anterior, visto que, nos diversos inquéritos à opinião pública não é muito comum questionar-se sobre o posicionamento individual face ao passado autocrático. Subjacente a este fenómeno, a maioria dos estudos foca-se na realidade pós-comunista (ex.: Ekman & Linde, 2005, Gherghina & Klymenko, 2012; Pop-Eleches & Tucker, 2017), salvo raras exceções que abrangem outras realidades geográficas (Santana-Pereira et al., 2016; Raimundo & Santana Pereira, 2021). Neste sentido, este ramo da investigação só começou a ser impulsionado com os primeiros dados referentes a inquéritos de opinião pública que abrangiam os diversos estados pós-comunistas, onde se descobriram níveis relevantes de apoio dos cidadãos face ao anterior regime.

Segundo Pop-Eleches e Tucker (2017) é plausível associar as atitudes dos indivíduos face ao anterior regime com o legado autoritário, visto que após o colapso do regime, os cidadãos apresentaram posturas nostálgicas relativas ao passado autocrático, associadas às perceções individuais positivas sobre a sua vida e o quotidiano, no contexto do regime anterior. Tal como os autores afirmam, isto ocorre pelos efeitos da socialização e, conseqüente, doutrinação, que se refletem nas atitudes, comportamentos, valores e ideologias dos cidadãos. A realidade é que os diversos tipos de regimes autocráticos demonstram alguma capacidade para incutir as suas ideologias na população, no entanto, alguns regimes demonstram maior aptidão que outros (Dinas & Northmore-Ball, 2020). Subjacente a isto, Neundorf e Pop-Eleches (2020) relatam que os efeitos da socialização e, conseqüente, doutrinação refletem-se na duração dos efeitos da doutrinação nas atitudes, valores e comportamentos dos indivíduos, que varia de acordo com os mecanismos de transmissão da doutrina autocrática. No entanto, alguns estudos realçam o impacto do desempenho político e económico do atual regime nas atitudes dos indivíduos face ao passado (ex.: Mishler & Rose, 2002; Santana-Pereira et al., 2016), sendo que neste caso, as atitudes dos cidadãos em relação ao regime autocrático anterior devem ser vistas como uma demonstração de desagrado face ao contexto político e económico atual.

Neste sentido, em termos gerais, a literatura referente aos fatores explicativos das atitudes dos cidadãos face ao passado autocrático pode ser agrupada em três grupos: o da nostalgia

(Ekman & Linde, 2005; Munro, 2006; Gherghina, 2011), o da socialização (Gherghina & Klymenko, 2012; Pop-Eleches & Tucker, 2017) e o das dimensões políticas, sociais e económicas (Santana-Pereira et al., 2016; Santana-Pereira & Raimundo, 2021).

Numa fase embrionária da investigação sobre a temática em estudo, Ekman & Linde (2005) analisam as atitudes dos cidadãos como resultado da nostalgia, em 10 novas democracias da Europa Central e Leste (Bulgária, Chéquia, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia e Roménia). O estudo concluiu que a nostalgia é efeito, por um lado, da identificação dos indivíduos com o regime anterior e, por outro, da avaliação individual sobre o desempenho político e económico do atual regime. Posteriormente, num caso de estudo sobre a Rússia, Munro (2006) relata que as atitudes em relação ao passado são o resultado da nostalgia que deriva das preferências individuais no presente. Neste sentido, o aumento, ao longo dos anos, dos níveis de nostalgia ocorreu como efeito da decadência dos elementos associados ao passado, como é o caso do Partido Comunista da Federação Russa, mas, também, da ascensão ao poder de Putin, que adotou uma postura de enaltecimento do passado soviético e repropôs alguns elementos associados ao mesmo. Mais recentemente, numa investigação referente a cinco novas democracias pós-comunistas (Chéquia, Hungria e Polónia, Bulgária e Roménia), Gherghina (2011) associou a nostalgia ao desejo de regressar ao passado, à congruência ideológica entre os cidadãos e o regime autocrático e, ainda, aos níveis de insatisfação em relação ao atual regime. Neste sentido, o autor concluiu que as atitudes face ao passado resultam de uma questão de congruência ideológica entre os indivíduos e o regime comunista e que os níveis de insatisfação face ao atual regime não derivam de questões associadas à nostalgia, mas do impacto negativo do período de transição nas diversas pessoas, principalmente associado às transformações económicas.

Numa fase posterior da investigação referente às atitudes dos cidadãos em relação ao período autoritário, a literatura assumiu a importância de outra variável – a socialização – considerando que, neste sentido, as atitudes positivas face ao passado são o reflexo da exposição dos cidadãos ao contexto político autocrático (socialização), que se pode traduzir na adoção dos princípios basilares associados ao mesmo (doutrinação).

Neste contexto, no estudo inicial desta corrente, Gherghina e Klymenko (2012) correlacionam a socialização, ou seja, a exposição dos indivíduos à doutrina comunista, com o desenvolvimento de atitudes positivas em relação à vigência comunista na Bielorrússia, Rússia e Ucrânia. Os autores descobriram que as atitudes positivas face ao passado derivavam

da socialização e, conseqüente, doutrinação que se reflete nos valores políticos e económicos dos indivíduos. Ou seja, as atitudes em relação ao período autocrático ocorrem pela congruência ideológica com o regime soviético decorrente da maneira como os indivíduos foram socializados. Corroborando a tese das atitudes face ao passado autoritário como reflexo da socialização, Pop-Eleches e Tucker (2017), ao investigarem 11 estados pós-comunistas (Rússia, Cazaquistão, Polónia, Roménia, Bulgária, Letónia, Lituânia, Ucrânia, Arménia, Moldávia, Bielorrússia), procuraram analisar o impacto do legado autocrático nas atitudes individuais face a questões políticas (atitudes face à democracia), económicas (atitudes face ao Estado Social e mercado) e sociais (atitudes face a igualdade de género). Neste quadro, os autores descobriram que a exposição ao regime soviético se refletia nas atitudes dos cidadãos, ou seja, a socialização e conseqüente doutrinação influenciam os valores, comportamentos e atitudes dos indivíduos, sendo que quanto maior o período de exposição individual à doutrina autocrática, maiores são os níveis de congruência entre os indivíduos e o regime.

Como referido anteriormente, a maioria dos estudos relativos à análise dos fatores explicativos das atitudes positivas dos cidadãos em relação ao passado autocrático tende a focar-se no contexto pós-comunista. No entanto, influenciados por estes estudos, outros investigadores procuraram aferir as atitudes face ao passado autocrático noutros contextos geográficos (ex. Santana-Pereira et al., 2016; Raimundo & Santana-Pereira, 2021).

Num esforço de expansão da temática de investigação para outros contextos geográficos, Santana-Pereira et al. (2016) investigam o caso de Portugal e avaliam o impacto de diversas variáveis políticas e sociais (socialização, as ligações partidárias, a religião, a educação e situação labor) nas atitudes relativas ao contexto autoritário. Neste sentido, os autores relatam os efeitos positivos da socialização e do nível de religiosidade individual nas atitudes em relação ao Estado Novo, descobrem uma correlação entre identificação partidária e a existência de atitudes positivas ou negativas face ao passado e, ainda, revelam o impacto do desempenho económico e financeiro do país no tipo de atitude em relação ao regime autoritário. Mais recentemente, Raimundo e Santana-Pereira (2021) num estudo que abrange estados pós-comunistas (Chéquia, Eslováquia, Hungria e a Polónia) e estados com passado autoritário de direita (Portugal e Espanha) relacionam a identificação partidária e a ideologia dos indivíduos com as atitudes individuais relativas às vigências autoritárias. Neste contexto, os investigadores concluem que as atitudes positivas face aos regimes anteriores resultam da congruência ideológica entre os indivíduos e o regime anterior, do modo de transição, que influencia o tipo de atitude individual e, ainda, da presença de partidos sucessores.

Em suma, a investigação sobre a temática dos fatores explicativos das atitudes dos cidadãos em relação ao passado autocrático é pouco estudada, por um lado pela falta de dados, visto que os inquéritos internacionais deixaram de aferir o posicionamento individual à governação autocrática ainda antes do término da primeira década do presente século e, por outro, pelo enfoque central da investigação na identificação de outros elementos associados ao regime autocrático² e da forma como estes impactam nos indivíduos e no novo sistema político. Subjacente a este fenómeno, a maioria dos estudos existentes sobre a temática em questão foca-se principalmente na realidade pós-comunista, existindo um número reduzido de contribuições que abrangem outras realidades geográficas. Para além disto, os diversos autores que focaram as suas investigações na análise das atitudes face ao passado ditatorial, na realidade pós-comunista ou apresentaram uma visão limitada sobre o fenómeno, olhando apenas para variáveis micro, ou, então, apresentaram um número reduzido de casos de análise, não abrangendo todas as realidades pós-comunista e nunca englobando a realidade balcânica. Como veremos em seguida, a presente investigação pretende contribuir para colmatar algumas destas lacunas.

² Segundo Morlino (2010) podem-se distinguir dois tipos de legados: por um lado, os legados psicológicos (valores, ideologias, atitudes, crenças, etc.) e, por outro, os legados físicos (instituições, partidos, movimentos, organizações políticas e sociais e redes de influência).

Capítulo 2. Objetivos, Hipóteses e Metodologia

2.1 Objetivos, contributo e lacunas

O propósito da presente dissertação é responder à questão "Que fatores explicam as atitudes dos cidadãos face ao passado autocrático na Europa Central e de Leste?". Embora a literatura tenha apresentado diversas respostas para o fenómeno, ainda não se chegou a uma resposta satisfatória, atendendo às limitações associadas às diversas contribuições, originadas pelo leque reduzido número de casos analisados e pelo enfoque num curto número de fatores.

Atendendo o objetivo anteriormente enunciado, este estudo caracteriza-se pela seleção, que se deseja diversa, dos fatores que impactam as atitudes dos cidadãos face ao passado. Entenda-se, a maioria das dimensões em análise é baseada em estudos anteriores. Não obstante, um dos principais contributos associados advém da perspetiva de análise adotada. Ou seja, contrariamente à maioria dos estudos que procurou explicações somente a nível micro, esta investigação procura associar as atitudes em relação ao regime autocrático com dimensões macro e micro. Por fim, com o objetivo de apresentar uma visão mais alargada sobre a temática, procurou-se avaliar um número de casos bastante superior ao que tem sido recorrentemente utilizado nas contribuições anteriores. Até agora, os estudos têm analisado ou as novas democracias (Erkman & Linde, 2005; Gherghina, 2011; Santana Pereira et al., 2015; Raimundo & Santana Pereira, 2021) ou, então, os chamados “derrotados” do colapso da URSS (Munro, 2006; Gherghina & Klymenko, 2012), ocorrendo somente uma vez a análise conjunta de todos os casos associados à URSS, no estudo de Pop-Eleches e Tucker (2017), em que foi analisado o efeito da socialização nas atitudes individuais em relação ao passado. Subjacente a isto, a investigação tem-se focado, na sua maioria, no mundo pós-comunista associado à URSS, nunca englobando na sua análise a realidade balcânica. Neste sentido, o presente estudo agrega 20 estados da Europa Central e Leste, com passado político associado a diferentes regimes autocráticos comunistas europeus.

Do ponto de vista temporal, o presente estudo abrange o período entre 1995 e 1999, momento sucessivo ao colapso dos diversos regimes autocráticos comunistas. Com a fixação do presente estudo neste período temporal, procura-se analisar as atitudes dos cidadãos em relação ao passado autocrático pouco depois do fim do período comunista. Por outro lado, o enfoque temporal desta investigação decorre ainda da disponibilidade de fontes de dados, nomeadamente, ao respetivo período temporal abrangido pelo inquérito internacional WVS.

2.2 Casos

Como referido anteriormente, o presente estudo procura identificar os fatores explicativos das atitudes dos cidadãos face ao passado autocrático em diversos estados europeus com passado político associado a regimes comunistas. Neste sentido, foram selecionados 20 países da Europa do Central e Leste (Albânia, Arménia, Bielorrússia, Bósnia & Herzegovina, Bulgária, Croácia, Chéquia, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Geórgia, Hungria, Letónia, Lituânia, Macedónia do Norte, Moldávia, Polónia, Roménia, Rússia e Ucrânia). A seleção de casos permite apresentar uma visão mais alargada sobre a temática, visto que, até aqui, a literatura existente analisou um leque muito restrito de casos. Assim, ao longo da presente investigação são analisados estados com diversos trajetos políticos e modos de mudança de regime (Berglund & Ekman, 2013; Mason, 2018). Por outro lado, aquando da escolha dos casos procurou-se agregar países europeus com passado autocrático recente, de modo a afastar o efeito do tempo na eliminação dos elementos associados ao regime autocrático anterior, sendo que, tal como afirmam diversos autores (ex.: Jowitt, 1992), estes países ainda apresentam elementos herdados do passado autocrático.

Atendendo a especificidade intrínseca ao presente estudo, no que se refere aos casos selecionados, é necessário refletir sobre as implicações da diversidade de trajetos políticos na análise dos casos. Esta necessidade surge devido ao desafio imposto pelo cenário de diversidade política e das suas implicações na associação temporal dos fenómenos causais. A própria literatura contornou esta circunstância ao estudar estados com trajetos políticos similares (ex. Erkman & Linde, 2005; Gherghina, 2011; Gherghina & Klymenko, 2012; Raimundo & Santana Pereira, 2021). No entanto, a presente dissertação procurou explorar e agregar na sua análise um contexto de diversidade, ao analisar as atitudes dos cidadãos face ao passado autocrático num conjunto de estados com trajetos políticos distintos, o que nos obriga a reconhecer que analisar as atitudes em contextos políticos autocráticos e em contextos políticos quase democráticos não pode ser interpretado da mesma forma, visto que o impacto que o regime autocrático ainda apresenta nos diversos contextos nacionais varia. Não obstante, a situação não é alarmante, uma vez que no período de análise intrínseco ao presente estudo, uma grande parte dos contextos nacionais ainda se encontra numa fase de consolidação do novo regime.

Muitos dos estados em estudo registam um passado associado à União Soviética (URSS), sendo estados integrantes da mesma ou existindo na sua esfera de influência. A sua evolução

ocorreu pela degradação do regime soviético, associada às diversas reformas políticas e económicas do governo de Gorbachev, pelo declínio económico e financeiro, pelo surgimento de movimentos independentistas e, ainda, pelo apoio/pressão internacional (Mason, 2018). Segundo Mason (2018), este grupo de países apresenta um vasto quadro de modos de mudança de regime e, neste sentido, pode-se distinguir mudanças de regime impulsionadas por *reformas* (Polónia, Hungria), por *negociação* (Bulgária), por *ruptura* (Roménia, Lituânia, Estónia, Letónia, Geórgia, Arménia e Moldávia) e por *colapso* (Chéquia, Eslováquia, Bielorrússia, Rússia), sendo que no caso da Ucrânia se verifica um método híbrido, isto porque numa primeira fase ocorreu a aprovação do referendo de independência e, posteriormente, a ratificação do Acordo de Belavezha em 1991³.

O outro grande grupo de estados analisados, no contexto do presente estudo, é composto por repúblicas que no passado pertenciam à Jugoslávia (Bósnia e Herzegovina, Croácia, Eslovénia, Macedónia do Norte). Contrariamente ao processo de desintegração da URSS e da sua esfera de influência no leste europeu, que se pautou pela diversidade de modos de mudança de regime (Munck & Leff, 1996; Mason, 2018; Raimundo & Santana Pereira, 2021), o processo jugoslavo realizou-se através de tensões nacionalistas, étnicas e religiosas, que se materializaram em conflitos armados. Segundo Mason (2018), o início de todo o processo remonta ao falecimento de Tito e, conseqüente, reconfiguração da presidência, que impulsionou o aumento das tensões. Subjacente a isto, as tensões foram impulsionadas pela dissolução da Liga dos Comunistas da Jugoslávia e pelas eleições de governos não comunistas e independentistas em alguns estados. Neste contexto de desunião surgiram, em 1991, as declarações de independência da Bósnia & Herzegovina, Croácia, Eslovénia, Macedónia do Norte e Kosovo, no entanto, a Bósnia e o Kosovo⁴ não conseguiram cumprir o desejado, por falta de reconhecimento da Sérvia e Internacional, o que retardou a sua separação da Jugoslávia. Neste quadro de desintegração, em 2003 foi oficializado o fim da Jugoslávia, através de uma alteração constitucional que instaurou a União Estatal da Sérvia e Montenegro. No entanto, esta união foi de curta duração, uma vez que, em 2006, após referendo nacional, Montenegro declarou-se independente e, no seguimento deste evento, a Sérvia também declarou a sua independência.

³ Acordo internacional ratificado pela Rússia, Bielorrússia e Ucrânia, que oficializou o fim da URSS e estabeleceu a criação da CEI (Comunidade de Estados Independentes).

⁴ Ambos os processos de independência só avançaram com o papel dos EUA e da NATO, numa primeira instância com a pressão para o fim da guerra na Bósnia, em 1995, e, posteriormente, com uma ação militar no Kosovo, em 1999, que garantiu a separação face à Sérvia. No entanto, o Kosovo só se tornou independente em 2007.

Para além destes dois grandes atores comunistas europeus, a Albânia vivenciou, desde a Segunda Guerra Mundial até aos anos 90, um período de governação comunista. Isolada do mundo, atendendo a má relação com o ocidente e da rutura com os principais regimes autocráticos comunista da época, não foi capaz de sobreviver ao período de queda do comunismo na Europa do Leste, nos anos 90. Com o aumento das pressões sociais, o regime foi obrigado a adotar reforma de liberalização, que conduziram à realização de eleições livres, em 1991 (Abrahams, 2015). O resultado eleitoral deu a vitória ao Partido Democrático e abriu portas para a democratização, no entanto, o fracasso na adoção de reformas institucionais, o mau desempenho económico e os diversos escândalos em torno do governo impulsionaram a queda do mesmo. Somente em 1998, após um referendo, foi aprovada a nova constituição da Albânia, que a declarou como democracia.

Neste estudo, não foi possível incluir os casos da República Democrática Alemã, do Kosovo, da Sérvia e do Montenegro. Estas exclusões ocorreram por diversas limitações associadas às fontes de dados. Por um lado, a base de dados selecionada já apresenta a Alemanha numa visão unificada, o que não permite avaliar as atitudes face ao passado somente na parte leste; por outro, no caso do Kosovo a base de dados exclui o mesmo do leque de estados em análise, devido ao não reconhecimento internacional da sua independência. Para além disto, os casos da Sérvia e do Montenegro foram excluídos atendendo à temporalidade da recolha dos dados de inquérito, que remete para o período beligerante e de vigência autocrática, visto que, por um lado, os conflitos armados nos Balcãs só cessaram em 1999 e, por outro, estas repúblicas continuaram associadas no âmbito da República Federal da Jugoslávia até 2003. Subjacente a isto, ainda se verificou a impossibilidade de analisar os mesmos com recurso a uma versão mais recente do WVS devido à não inclusão de algumas das variáveis fundamentais para a presente dissertação, na mesma.

2.3 Hipóteses

Neste subcapítulo, enunciam-se as hipóteses a testar no presente estudo, estiladas com base na literatura especializada.

A primeira hipótese assenta nos diversos estudos que relatam o maior sucesso dos regimes autocráticos comunistas na doutrinação dos cidadãos (Dinas & Northmore-Ball, 2020), na política comunista de difusão ideológica baseada na exposição intensiva e longitudinal dos cidadãos aos princípios basilares associados aos regimes comunistas (Pop-Eleches & Tucker, 2011, 2019) e no impacto da socialização nas atitudes, comportamentos e valores dos cidadãos a longo prazo (Neudorf e Pop-Eleches, 2020). Subjacente a isto, Pop-Eleches e Tucker (2017) identificam que indivíduos expostos aos regimes autocráticos comunistas, mesmo após o colapso dos mesmos, continuam a identificar-se ideologicamente com o passado autocrático. Nesta linha de pensamento, algumas evidências demonstram que processos de socialização mais longos reduzem a possibilidade de perspetivas menos favoráveis face ao regime autocrático (Pop-Eleches & Tucker, 2017). Neste sentido, perspetiva-se que:

Hipótese 1: Os indivíduos mais velhos, e conseqüentemente expostos à doutrinação comunista durante um largo período temporal, evidenciam atitudes mais favoráveis face ao regime anterior.

Segundo Raimundo e Santana Pereira (2021) é plausível relacionar a ideologia individual com as atitudes dos indivíduos face ao passado autocrático, principalmente no que se refere aos estados pós-comunistas. Associado a isto, a literatura ao longo dos anos tem fundamentado esta correlação, por um lado, ao assumir os efeitos da socialização nas atitudes, comportamentos e valores individuais, incluindo a ideologia (Neudorf & Pop-Eleches, 2020) e, por outro, nos regimes pós-comunistas, os indivíduos após o colapso do período autocrático continuam a demonstrar e apoiar a ideologia associada ao regime autocrático (Dinas & Northmore-Ball, 2020). Assim sendo, prevê-se que:

Hipótese 2: Os indivíduos identificados ideologicamente com a esquerda revelam atitudes mais favoráveis face ao regime autocrático.

De acordo com Pop-Eleches e Tucker (2017), a doutrinação em contexto autocrático pautava-se pela difusão do espírito nacionalista, nos períodos antecedentes ao colapso dos

regimes autocráticos. Não obstante, no período subsequente ao mesmo, alguns destes estados exaltaram o seu espírito nacionalista para obter a independência e garantir a soberania nacional (Mason, 2018). Assim sendo, espera-se que:

Hipótese 3: Os indivíduos que são orgulhosos da sua nacionalidade apresentam atitudes mais negativas em relação ao passado.

Por muito que a maioria dos fatores associados às atitudes face ao passado se encontre relacionada com fenómenos associados ao anterior regime e ao legado autocrático, alguns trabalhos identificam o peso das avaliações dos cidadãos face ao atual regime nas atitudes em relação ao passado autocrático. Segundo Mishler e Rose (2002), após o colapso dos regimes comunistas, os diversos estados registaram níveis de insatisfação com o desempenho dos novos regimes, associados à instabilidade económica e à corrupção, o que se traduziu em atitudes negativas face ao atual regime. Neste sentido, em linha com o estudo de Santana Pereira et al. (2016) a demonstração de atitudes positivas face ao passado pode ser interpretada como uma contestação face ao desempenho económico e político do atual regime. Assim sendo perspectiva-se que:

Hipótese 4: Os indivíduos que avaliam negativamente o desempenho do atual regime apresentam atitudes mais favoráveis face ao passado autocrático.

A literatura destaca ainda a importância do modo de mudança de regime na forma como se estrutura o novo regime e se rompe com o anterior (Munck & Leff, 1997), sendo que a mudança de regime e o período de transição se deve pautar pela rutura total em relação ao passado e pela estruturação física e psicológica do novo regime (Karl, 1990; Linz & Stepan, 1996; Munck & Leff, 1997; Neundorf, 2010). Não obstante, não se verifica uma homogeneidade nos processos de mudança de regime, o que segundo Linz (1978) se traduz na diferenciação de processos impulsionados pela elite autocrática (reforma) com processos impulsionados pelas forças opositoras (rutura). Nesta linha de pensamento, Manson (2018) afirma que na Europa Central e Leste se verifica uma diversidade de métodos de mudança de regime, sendo que em muitos casos a elite autocrática influenciou a mudança de regime e continuou a influenciar e a participar na atividade política, em contexto democrático ou do novo regime (Grzymala-Busse, 2020). Além disso, Raimundo & Santana Pereira (2021) descobriram uma correlação entre o modo de mudança de regime e as atitudes individuais em relação ao passado. Neste contexto, espera-se que:

Hipótese 5: Nos estados cuja elite autocrática participou no processo de mudança de regime, os indivíduos apresentam atitudes mais favoráveis em relação ao regime anterior.

Após o colapso dos regimes autocráticos comunistas, a elite associada ao anterior regime, em alguns casos, foi forçada a abandonar o poder ou afastada por via eleitoral ou negocial (Grzymala-Busse, 2003). No entanto, Grzymala-Busse (2003) afirma que em certas realidades pós-comunistas, assistiu-se à sobrevivência da elite autocrática com a sua adesão ao contexto democrático, com casos de sucesso eleitoral, o que se traduziu no regresso ao poder. Assim sendo, perspectiva-se que:

Hipótese 6: Nos estados cuja elite autocrática transitou para o contexto democrático, os indivíduos apresentam atitudes mais positivas em relação ao passado autocrático comunista.

Na continuação desta hipótese, a sobrevivência dos partidos sucessores baseou-se numa estratégia de adaptação ao novo sistema político (Grzymala-Busse, 2003) e à própria posição dos cidadãos em relação ao regime anterior. Neste contexto, dentro do leque de partidos sucessores comunistas, Ishiyama e Bozóki (2001) destacaram que, em contexto democrático, este grupo de partidos adotaram posturas díspares em relação ao passado. Assim sendo, alguns desses partidos reformaram-se, outros apresentaram reformas parciais e, ainda, outros não se reformaram. A reinvenção ou não destes partidos é interpretada pela necessidade ou não de se afastar em relação ao passado e, por conseguinte, obter apoio popular (Grzymala-Busse, 2003). Neste sentido, espera-se que:

Hipótese 7 (a): Nos estados cujos partidos sucessores não se reformaram, os cidadãos apresentam atitudes mais favoráveis em relação ao passado.

Hipótese 7 (b): Nos estados cujos partidos sucessores se reformam, os cidadãos apresentam atitudes menos favoráveis em relação ao passado.

2.4 Operacionalização de Variáveis e Estratégia de Análise de Dados

A operacionalização das variáveis selecionadas para este estudo assenta em diversas questões incluídas no WVS de 1995-1999. Em primeiro lugar, a operacionalização da variável dependente, *as atitudes face ao passado autocrático*, é realizada com base na resposta dos inquiridos à seguinte questão: “*People have different views about the system for governing this country. Where on this scale would you put the political system as it was?*” (“As pessoas têm diferentes perspetivas sobre o sistema que governa o país. Nesta escala, onde posicionaria o sistema político anterior?”- tradução do autor). A resposta é obtida mediante o posicionamento, numa escala de Likert, que varia de 1 (muito mau) a 10 (muito bom).

Quanto às variáveis independentes, a operacionalização da variável relativa à *socialização* dos cidadãos no contexto autocrático parte da conceptualização presente nos trabalhos de Gherghina e Klymenko (2012) e Pop-Eleches e Tucker (2017). Assim sendo, no contexto da presente dissertação, a socialização é conceptualizada como a magnitude da exposição dos indivíduos em contexto autocrático, e medida através da sua idade. Neste contexto, os inquiridos foram, assim, agrupados em três: o grupo entre 18 a 29 anos, o grupo entre 30 a 49 anos e, por fim, o grupo com 50 ou mais anos. Relativamente ao *posicionamento individual na escala ideológica esquerda-direita*, esta variável é aferida com recurso à questão “*In political matters, people talk of “the left” and “the right.” How would you place your views on this scale, generally speaking?*” (“Na vida política, as pessoas falam em “esquerda ” e “direita ”. De um modo geral, como se situaria nesta escala?”- tradução do autor). Atendendo a natureza da hipótese a testar, esta variável foi transformada numa *dummy* em que 0 = centro e direita e 1 = esquerda. Por sua vez, o *orgulho na nacionalidade* foi aferido junto dos inquiridos através da resposta à questão “*How proud are you to be (Nationality)?*” (“Quanto orgulho tem em ser (nacionalidade)?”- tradução do autor). A escala de resposta varia entre “muito orgulhoso” e “não muito orgulhoso”. No seguimento desta operacionalização, a interpretação deve ser realizada da seguinte forma: valores mais baixos representam níveis mais elevados de orgulho nacional. Por fim, a *avaliação do desempenho geral do atual regime* é medida através da seguinte questão: “*People have different views about the system for governing this country. Where on this scale would you put the political system as it is today?*” (“As pessoas têm diferentes perspetivas sobre o sistema que governa o país. Nesta

escala, onde posicionaria o sistema político atual?”- tradução do autor)). Esta questão é acompanhada por uma escala de Likert que varia entre 1 (muito mau) e 10 (muito bom).

No que respeita à componente macro explicativa do fenómeno em análise, as variáveis são as seguintes: *participação da elite autocrática no processo de mudança de regime, presença de partidos sucessores e posicionamento dos partidos sucessores em relação ao passado*. Em primeiro lugar, optou-se pela divisão dos países em dois grupos, de acordo com a participação da elite autocrática no processo de mudança de regime (0 = não participou no processo de mudança de regime e 1 = participou no processo de mudança de regime)⁵, sendo que esta distinção é baseada na proposta de Manson (2018)⁶. No que respeita às variáveis *impacto da existência de partidos sucessores em contexto democrático e do seu posicionamento face ao passado* nas atitudes dos indivíduos optou-se por seguir o trabalho de Ishiyama e Bozóki (2001), de modo a realizar a sua identificação e o seu posicionamento face ao período autocrático⁷. Relativamente à operacionalização da primeira variável (*impacto da presença de partidos sucessores*) decidiu-se criar uma variável *dummy* que divide os casos de análise em países que apresentaram partidos sucessores (1) e países que não apresentaram partidos sucessores (0). Já no que se refere ao impacto do posicionamento destes em relação ao passado, decidiu-se distinguir os diversos partidos sucessores nos estados da Europa Central e do Leste⁸, de acordo com a proposta de Ishiyama e Bozóki (2001). Neste contexto, os partidos sucessores podem ser agrupados em “não reformados”, “parcialmente reformados” e “reformados”. Seguindo esta distinção, procura-se representar a adaptação dos partidos sucessores ao contexto democrático e ao próprio posicionamento dos cidadãos em relação ao passado, ou seja, tal como afirma Grzymala-Busse (2003) os partidos sucessores adotaram uma postura de adaptação à realidade nacional, de modo a garantir a sua sobrevivência em contexto democrático, sendo que esta estava correlacionada com o posicionamento em relação ao regime comunista. Do ponto de vista da operacionalização, voltou-se a recorrer à criação de uma variável *dummy*, em que 0 significa que estes partidos não se reformaram e 1 que se reformaram parcialmente ou totalmente. Entenda-se que nem

⁵ Ver Anexo B.

⁶ Não confundir presença da elite autocrática nos processos de mudança de regime com modos de mudança de regime. Com esta variável só se pretende aferir se o facto de a elite autocrática ter ou não participado neste processo impacta ou não. E, neste sentido, não é testado o impacto dos diversos modos de regime, teorizados pelas diversas contribuições sobre o tema (ver Linz, 1978; Share, 1987; Karl, 1990; Munck & Leff, 1996; Linz & Stepan, 1996).

⁷ Identificação no Anexo C.

⁸ Distinção entre diferentes tipos de partidos sucessores no Anexo C.

todos os casos em análise apresentam no seu contexto político pós-comunista partidos sucessores.

Por fim, de modo a testar de forma robusta o impacto das variáveis acima listadas, a análise empírica inclui um conjunto de variáveis de controlo, com o papel de contornar os efeitos de algumas dimensões individuais de natureza política e social. Em concreto, incorporou-se nos modelos de regressão variáveis relativas ao interesse pela política (que varia entre “muito interessado” e “nada interessado”), género (*dummy* em que 0 = masculino e 1 = feminino), instrução (variável ordinal, que vai de “ensino primário incompleto” a “licenciado”) e nível de religiosidade (que varia entre “religioso” e “ateu”). A seleção destas variáveis de controlo é inspirada em Raimundo e Santana Pereira (2021).

Como já referido, salienta-se que esta é uma investigação de carácter quantitativo baseada em dados recolhidos através de inquéritos realizados no contexto WVS, entre 1995 a 1999. A utilização desta versão do WVS segue uma lógica temporal intrínseca ao fim do período autocrático, ou seja, os dados utilizados procuram retratar os estados seleccionados no contexto do novo regime. Como referido anteriormente, o presente estudo abrange 20 estados do centro e leste europeu, o que se traduz numa amostra de 26918 inquiridos.

Do ponto de vista de estratégia de análise de dados, recorreu-se ao modelo de regressão linear simples para testar as diversas hipóteses. De modo a obter resultados mais interessantes e fiáveis, as regressões são realizadas da forma descrita em seguida. Numa primeira instância, entram no modelo as variáveis de controlo (*género, instrução, religião e interesse na política*) e as variáveis independentes relativas à componente micro (*faixa etária, ideologia, orgulho na nacionalidade e avaliação do atual regime*); posteriormente, são adicionadas as variáveis macro (*presença da elite autocrática no processo de mudança de regime, presença de partidos sucessores e o posicionamento dos partidos sucessores em relação ao regime autocrático anterior*). Atendendo a questões associadas aos requisitos do modelo de análise seleccionado e às especificidades associadas à última variável (nomeadamente o facto de esta poder ser medida apenas nalguns países) foi necessário realizar o teste das variáveis macro em dois momentos. Neste cenário, num primeiro teste é analisado o impacto das variáveis *presença da elite autocrática no processo de mudança de regime e presença de partidos sucessores*; e num segundo momento, é aferido a influência do *posicionamento dos partidos sucessores em relação ao regime autocrático anterior* nas atitudes dos cidadãos em relação à experiência autocrática.

Capítulo 3. Resultados

O principal objetivo da presente dissertação é referente à identificação das dimensões explicativas das atitudes dos cidadãos, nos diversos estados da Europa Central e do Leste, em relação ao passado autocrático. Neste capítulo apresentam-se os resultados dos diversos modelos de regressão linear realizados para avaliar o impacto das diversas variáveis (micro e macro), anteriormente enunciadas, relativamente às atitudes dos cidadãos face ao passado comunista na Europa Central e do Leste. Este capítulo estrutura-se em dois subcapítulos: o primeiro, referente ao impacto das variáveis micro (*faixa etária, posicionamento ideológico, orgulho na nacionalidade e avaliação do atual regime*) nas atitudes em relação ao passado e, o segundo, no qual se avalia, numa primeira instância, o impacto das variáveis macro (*presença da elite autocrática no processo de mudança de regime e da presença de partidos sucessores*) e, posteriormente, da variável macro (*posicionamento dos partidos sucessores*) nas atitudes individuais em relação ao passado comunista.

3.1. Fatores micro

Na tabela 1, são apresentados os resultados relativos ao teste do impacto das variáveis micro (*socialização, ideologia, orgulho na nacionalidade e avaliação do atual regime*) nas atitudes face ao passado, bem como o impacto das variáveis de controlo (*género, religião, instrução e interesse na política*). Antes de mais, é necessário enfatizar que os resultados do teste derivam de uma análise dos dados *pooled*, isto é, os dados dos diversos países foram agregados numa única base de dados. Para além da apresentação do impacto das variáveis micro para a globalidade dos países, discutem-se também os resultados dos testes para cada país⁹, dado que o efeito das diversas variáveis nas atitudes individuais referentes ao passado autocrático pode variar de acordo com a realidade nacional de cada país, sendo que em alguns contextos, o impacto das variáveis poderá ir ao encontro dos resultados agregados e noutros não.

Os resultados apresentados na Tabela 1 mostram que algumas características individuais, como o *género*, o *nível de instrução* e o *interesse na política* apresentam efeitos nas atitudes em relação ao passado autocrático. Assim sendo, mantendo as demais variáveis constantes, os inquiridos do sexo feminino apresentam perspetivas mais positivas face ao contexto

⁹ As regressões individuais para cada país são disponibilizadas no Anexo C.

autoritário do que os inquiridos do sexo masculino, na ordem dos 0,195 pontos. Para além disso, os indivíduos com níveis de instrução mais altos apresentam atitudes menos favoráveis relativamente ao período comunista, sendo que o aumento de um ponto na escala de instrução está associado à redução de 0,075 pontos na variável dependente. Os resultados ainda enfatizam que quanto menor o interesse na política, melhor é a avaliação individual face ao regime autocrático (vale a pena lembrar que valores mais elevados na variável dizem respeito a maiores níveis de desinteresse). Numa situação oposta, o nível de religiosidade revela-se sem significância estatística, ou seja, esta variável não impacta as atitudes individuais em relação ao regime anterior.

Tabela 1. Impacto das variáveis micro nas atitudes em relação ao regime autocrático (Regressão Linear Simples) ¹⁰

	β	Sig.
<i>Constante</i>	4,729 (0,160)	<0,001
<i>Género</i>	0,195 (0,042)	<0,001
<i>Religião</i>	0,020 (0,037)	0,589
<i>Instrução</i>	-0,075 (0,011)	<0,001
<i>Interesse na Política</i>	0,063 (0,025)	0,011
<i>Faixa etária</i>	0,009 (0,001)	<0,001
<i>Ideologia</i>	0,599 (0,048)	<0,001
<i>Orgulho na nacionalidade</i>	-0,065 (0,026)	0,013
<i>Avaliação do Atual Regime</i>	-0,090 (0,010)	<0,001
<i>N</i>	15,729	
<i>R²</i>	0,029	

Fonte: Cálculos realizados com base nos dados do WVS 1995-1999

(Nesta tabela são apresentados os coeficientes não estandardizados com erros-padrão)

¹⁰ Neste e nos restantes testes agregados, não foram incluídos os dados da Croácia, devido à não inclusão da variável “instrução” na base de dados do WVS de 1995-1999.

No entanto, o impacto destas variáveis na variável dependente não pode ser imputado a cada um dos países em análise, visto que não se verifica um efeito das mesmas em todos os contextos nacionais. Pelo contrário, verificam-se variações de realidade nacional para realidade nacional. Neste contexto, quando se analisam os resultados referentes ao efeito do *género* nas atitudes individuais, só se verificam resultados com significância estatística em quatro casos analisados (Bulgária, Geórgia, Lituânia e Polónia), sendo que, à semelhança dos resultados gerais, nestes países os inquiridos do género feminino revelam avaliações mais favoráveis face à experiência autocrática. Por outro lado, a variável *instrução* demonstrou-se como a mais frequentemente significativa, demonstrando-se impactante em 15 casos (Arménia, Bielorrússia, Bulgária, Chéquia, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Geórgia, Hungria, Letónia, Macedónia do Norte, Moldávia, Polónia, Rússia e Ucrânia). Neste sentido, e à semelhança dos resultados gerais, os inquiridos com níveis mais reduzidos de *instrução* demonstram possuir perspetivas mais positivas face ao período comunista. No que se refere à variável *interesse na política*, os resultados demonstraram que esta se revela impactante em seis casos (Bósnia e Herzegovina, Croácia, Eslováquia, Geórgia, Lituânia, Polónia), sendo que os indivíduos com níveis de interesse na política mais baixos apresentam atitudes mais favoráveis face ao anterior regime. Contrariamente aos resultados gerais, a religião evidenciou valores com significância estatística e, por conseguinte, impacto nas atitudes individuais em oito casos (Albânia, Bielorrússia, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Eslováquia, Hungria, Rússia e Ucrânia). Neste quadro, em seis casos (Albânia, Bielorrússia, Bósnia & Herzegovina, Croácia, Eslováquia e Hungria), os indivíduos que se afirmam como não religiosos ou ateus apresentam atitudes mais favoráveis em relação ao passado. Numa situação oposta, na Rússia e na Ucrânia, os cidadãos religiosos revelam perspetivas mais positivas relativas à vigência comunista. Como é possível observar nas regressões individuais dos diversos estados, a Roménia foi o único país com passado autocrático em que não se verificou o impacto de nenhuma das variáveis de controlo nas atitudes dos cidadãos face ao passado autocrático.

Passemos agora ao teste das hipóteses. Neste contexto, como enunciado anteriormente, estabeleceu-se na hipótese 1 que os indivíduos socializados durante mais tempo no contexto do regime autocrático apresentariam atitudes mais positivas em relação ao passado autocrático. Na Tabela 1, verifica-se que a variável *faixa etária* apresenta efeitos estatisticamente significativos, sendo que se verifica que as faixas etárias mais avançadas apresentam atitudes mais favoráveis face ao regime autocrático. Isto é, controlado as demais

variáveis, constata-se que o aumento de 1 ponto nesta variável representa o aumento de 0,009 na favorabilidade das atitudes em relação ao passado comunista. Apesar de se tratar de um impacto de pequena magnitude, a hipótese 1 é confirmada.

Posteriormente, hipotetizou-se que a *ideologia* apresentasse efeito na variável dependente, o que se veio a verificar, dado existir uma relação estatisticamente significativa entre as duas variáveis. Assim sendo, os resultados demonstraram que os indivíduos ideologicamente identificados com a esquerda apresentam perspectivas mais favoráveis em relação ao anterior regime do que os indivíduos ideologicamente identificados com o centro e com a direita. Com base nesta descoberta, pode-se confirmar a hipótese 2.

Ambos os resultados não se apresentam como surpreendentes devido a diversos fatores como o sucesso da doutrinação comunista e da longevidade do mesmo (Pop-Eleches & Tucker, 2017; Dinas & Northmore-Ball, 2020). Neste sentido, só vêm comprovar o que a literatura cabalmente afirmou: os regimes comunistas revelaram-se muito eficazes no que respeita ao processo de transmissão dos seus ideais para a população. Neste cenário, a demonstração de atitudes positivas nos indivíduos de faixas etárias mais avançadas e nos indivíduos identificados ideologicamente como de esquerda apresentam-se como um reflexo de um processo doutrinal muito bem-sucedido, que apresenta efeitos a longo prazo nos indivíduos (Neundorf & Pop-Eleches, 2020).

Os resultados apresentados na Tabela 1 revelam ainda uma associação estatisticamente significativa entre a variável *orgulho na nacionalidade* com variável dependente. Por conseguinte, o aumento de um ponto nesta variável traduz-se na redução de 0,065 na favorabilidade das atitudes em relação ao anterior regime. Dado o modo com esta variável está categorizada, este resultado deve ser lido da seguinte forma: a apresentação de níveis mais elevados de orgulho na nacionalidade traduz-se em atitudes individuais mais favoráveis relativamente ao passado autocrático. No entanto, os testes descrevem uma relação oposta à prevista (os indivíduos mais orgulhosos da sua nacionalidade apresentam perspectivas menos favoráveis face ao período autocrático) e, neste sentido, esta hipótese deve ser rejeitada. Os resultados revelam-se surpreendentes dado o contexto de diversas realidades nacionais em termos de exaltação do sentimento nacionalista, em prol da soberania nacional e da sua independência face ao regime autocrático (Manson, 2018). No entanto, este resultado também pode ser interpretado como o reflexo de uma longa política de exacerbação de um sentimento nacionalista durante o período autocrático (Pop-Eleches & Tucker, 2017).

No que respeita à hipótese 4, referente ao *impacto da avaliação individual do atual regime*, na Tabela 1 podemos observar que existe uma relação estatisticamente significativa entre a avaliação face ao atual regime e as perspetivas individuais face ao regime anterior. Ao manter as demais variáveis constantes, o aumento de um ponto na avaliação do atual regime traduz-se na redução de 0,090 nas atitudes em relação ao passado. Isto significa que quanto pior é a avaliação do atual regime, melhor é a avaliação do regime anterior, e vice-versa. Posto isto, é possível confirmar a hipótese 4: existe de facto uma relação entre as avaliações do atual e do anterior regime. Nesta lógica, as atitudes positivas em relação ao passado autocrático podem ser interpretadas como resultado da demonstração de algum desagrado relativamente ao atual regime. Na realidade, o período precedente à queda dos regimes comunistas apresentou-se como tumultuoso, culminando com a degradação das condições de vida da população, um panorama que se estendeu aos primeiros anos após a mudança de regime. Para além disso, suspeita-se que a demonstração de avaliações negativas face ao atual regime pode estar relacionada, por um lado, com o desagrado face à falta de reformas no sistema e, por outro, com casos de gestão danosa. Este fenómeno pode ainda ser relacionado com a demonstração de um certo nível de desaprovação face ao atual regime, ou seja, nesta perspetiva o indivíduo não avalia o desempenho do atual contexto político, mas rejeita o mesmo e, por conseguinte, apoia o anterior. Esta ideia não deve ser vista como absurda, visto que tal como afirma Przeworski (2022), este tipo de regimes detinha um certo nível de apoio social baseado na identificação dos indivíduos com os mesmos.

Tal como mencionado, relativamente às variáveis de controlo, os resultados gerais não se observam em todo e cada caso analisado singularmente, registando-se variações entre as diversas realidades nacionais. Neste cenário, no que respeita o efeito da *faixa etária* nas atitudes face ao passado, em 12 dos casos em análise (Bulgária, Chéquia, Eslováquia, Estónia, Hungria, Letónia, Macedónia do Norte, Moldávia, Polónia, Roménia, Rússia e Ucrânia) a faixa etária não apresenta significância estatística. Nos demais casos, à semelhança do que se verificou na análise agregada, as faixas etárias mais avançadas demonstram-se mais favoráveis em relação ao período comunista (Tabela 2; ver também Anexo C).

Relativamente à *ideologia*, esta variável só não apresenta resultados com significância estatística em oito casos de análise (Bielorrússia, Geórgia, Estónia, Letónia, Lituânia, Macedónia do Norte, Moldávia e Roménia). Nos demais contextos nacionais, os resultados apontam para uma relação entre a ideologia e as atitudes dos cidadãos, sendo que o padrão se

revela idêntico ao dos resultados agregados, ou seja, os cidadãos ideologicamente de esquerda revelam atitudes mais positivas face ao passado (Tabela 2; ver também Anexo C).

Em relação ao impacto do *orgulho na nacionalidade*, esta variável não releva resultados significativos em 12 casos (Bielorrússia, Bósnia e Herzegovina, Eslováquia, Eslovénia, Geórgia, Hungria, Macedónia do Norte, Moldávia, Polónia, Roménia, Rússia e Ucrânia). Não obstante, no número reduzido de casos em que se verificou uma relação entre esta variável com as atitudes em relação ao período autocrático, os resultados demonstram que quanto maior o orgulho na nacionalidade, melhores são as perspetivas face ao anterior regime (Tabela 2; ver também Anexo C).

Por fim, no que respeita ao impacto da avaliação do atual regime nas atitudes individuais, esta variável apresenta-se como a mais comum entre os casos para explicar as atitudes individuais. Neste quadro, os resultados evidenciam que quanto pior é a avaliação individual do atual regime, melhor é a avaliação face ao anterior. Neste sentido, os testes individuais para cada país demonstram que esta variável só não apresenta resultados com significância estatística em cinco casos (Chéquia, Bósnia & Herzegovina, Eslovénia, Geórgia e Polónia). Contrariamente ao esperado, os testes ainda demonstram que nos casos da Albânia, Bielorrússia, Eslováquia, Macedónia do Norte, Moldávia e Roménia, quanto melhor é a avaliação do atual regime, melhor é a avaliação do regime anterior (Tabela 2; ver também Anexo C).

Tabela 2. Balanço geral do impacto das variáveis micro nas diversas realidades nacionais

	<i>Casos com significância estatística</i>	<i>Casos com resultados diferentes</i>	<i>Casos sem significância estatística</i>
<i>Faixa Etária</i>	Albânia, Arménia, Bielorrússia, Bósnia & Herzegovina, Croácia, Eslovénia, Geórgia e Lituânia	-	Bulgária, Chéquia, Eslováquia, Estónia, Hungria, Letónia, Macedónia do Norte, Moldávia, Roménia, Rússia, Polónia e Ucrânia
<i>Ideologia</i>	Albânia, Arménia, Bósnia & Herzegovina, Bulgária, Chéquia, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Hungria, Polónia, Rússia e Ucrânia	-	Bielorrússia, Estónia, Geórgia, Letónia, Lituânia, Macedónia do Norte, Moldávia e Roménia
<i>Orgulho na Nacionalidade</i>	Albânia, Arménia, Bulgária, Chéquia, Croácia, Estónia, Letónia e Lituânia	Albânia, Chéquia, Croácia, Estónia, Letónia e Lituânia	Bielorrússia, Bósnia & Herzegovina, Eslováquia, Eslovénia, Geórgia, Hungria, Macedónia do Norte, Moldávia, Roménia, Rússia, Polónia e Ucrânia
<i>Avaliação do Atual Regime</i>	Albânia, Arménia, Bielorrússia, Bulgária, Croácia, Eslováquia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Macedónia do Norte, Moldávia, Roménia, Rússia e Ucrânia	Albânia, Bielorrússia, Eslováquia, Macedónia do Norte, Moldávia e Roménia	Bósnia & Herzegovina, Chéquia, Eslovénia, Geórgia e Polónia

Fonte: Autoria do Autor

Antes de realizar o levantamento do impacto das diversas variáveis micro nas atitudes em relação ao passado nos diversos contextos nacionais (Tabela 2), poder-se-ia pensar que o impacto diferenciado de uma determinada variável num determinado grupo de casos estaria associado a fatores de ordens políticas e económicas (como por exemplo, a tipologia de regime, os modos de mudança de regime, a presença de partidos sucessores, a situação económica do país, etc.). No entanto, aparentemente não existe um padrão que permita explicar a razão do impacto de uma determinada variável ser distinto nos diferentes casos, neste sentido, o facto de uma variável se demonstrar impactante nas perspetivas individuais face ao regime autocrático é reflexo de diversos fenómenos específicos de cada estado.

3.2- Fatores macro

Este estudo procurou também avaliar o impacto de três variáveis macro: *a presença da elite no processo de mudança de regime, a presença de partidos sucessores* (Tabela 3) e *o posicionamento dos partidos sucessores em relação ao passado autocrático* (Tabela 4).

Relativamente aos resultados apresentados na Tabela 3, à semelhança do que se verificou anteriormente, as variáveis de controlo *género, instrução e interesse na política* continuaram a revelar significância estatística. Neste contexto, os indivíduos do sexo feminino apresentam perspetivas mais positivas em relação aos regimes comunistas europeus, do que os indivíduos do sexo masculino. Já relativamente à *instrução*, os cidadãos com menores níveis de instrução continuam a apresentar atitudes mais favoráveis relativamente ao passado autocrático. E por fim, os inquiridos com níveis menores de *interesse na política* revelam melhores avaliações em relação ao anterior regime. Do mesmo modo, o nível de religiosidade continua a não apresentar significância estatística.

Por outro lado, as variáveis micro continuam a apresentar resultados similares aos revelados anteriormente (Tabela 1), ou seja, assiste-se à permanência de uma relação entre o fenómeno em análise com as diversas dimensões referidas, independentemente da inclusão na análise de duas variáveis macro. Neste contexto, mantendo as demais variáveis constantes, verifica-se que os inquiridos de faixas etárias mais elevadas apresentam atitudes mais favoráveis em relação ao passado comunista. Já no que diz respeito à *ideologia*, os inquiridos que se identificam ideologicamente com a esquerda continuam a demonstrar perspetivas mais favoráveis em relação ao regime autocrático. Posteriormente, continua-se a observar que os indivíduos com níveis de orgulho na sua nacionalidade mais elevados apresentam avaliações

referentes ao passado autocrático mais positivas. Por fim, no que se refere à *avaliação do atual regime*, quanto pior é a avaliação do atual regime, melhor são as perspetivas individuais em relação ao regime anterior.

Tabela 3- Impacto das variáveis macro *presença da elite autocrática no processo de mudança de regime* e da *presença de partidos sucessores* nas atitudes em relação ao regime autocrático (Regressão Linear Simples)

	β	Sig.
Constante	4,844 (0,161)	<0,001
Género	0,208 (0,042)	<0,001
Religião	0,063 (0,037)	0,093
Instrução	-0,091 (0,011)	<0,001
Interesse na Política	0,069 (0,025)	0,006
Faixa etária	0,010 (0,001)	<0,001
Ideologia	0,597 (0,047)	<0,001
Orgulho na nacionalidade	-0,085 (0,026)	0,046
Avaliação do Atual Regime	-0,085 (0,010)	<0,001
Presença da Elite Autocrática	-0,074 (0,054)	0,167
Presença de Partidos sucessores	-0,359 (0,054)	<0,001
N	15,729	
R ²	0,034	

Fontes: Cálculos realizados com base nos dados do WVS de 1995-1999 e nas variáveis criadas a partir das obras de Manson (2018) e Ishiyama & Bozóki (2001)

(Nesta tabela são apresentados os coeficientes não estandardizados com erros-padrão)

Contrariamente ao enunciado na hipótese 5, a Tabela 3 evidenciou que o impacto da *presença da elite autocrática* nos processos de mudança de regime não é significativo, ou seja, as atitudes face ao passado são independentes da participação ou ausência da elite autocrática na mudança de regime. Neste contexto, a hipótese 5, referente à designação da presença da elite autocrática no processo de mudança de regime como variável explicativa das atitudes dos cidadãos em relação ao passado autocrático tem de ser rejeitada. Ao testar esta hipótese não se procurou aferir se os modos de mudança de regime clássicos (rutura, colapso,

reforma, negociação, entre outros) se refletiam nas atitudes em relação ao passado, visto que já existem evidências na literatura que fazem acreditar que o modo de mudança de regime impacta nas atitudes face ao passado (Raimundo & Santana Pereira, 2021). Neste contexto, reconhece-se que uma operacionalização diferente da variável poderia se traduzir num resultado diferente.

No entanto, no que se refere ao efeito da *presença de partidos sucessores* no novo contexto político, os resultados evidenciam que esta variável se revela impactante nas atitudes. Assim sendo, nos países cuja elite autocrática se transportou para o novo contexto político, através da criação de partidos sucessores, os cidadãos tendem a apresentar perspectivas referentes ao regime autocrático anterior menos favoráveis, na ordem dos 0,359 pontos. Assim, a presença de partidos sucessores está associada à demonstração de atitudes mais negativas em relação ao passado.

Foquemo-nos agora na Tabela 4, que apresenta os resultados do modelo de regressão linear em que foi introduzida uma nova variável macro, o *posicionamento dos partidos sucessores* relativamente ao passado autocrático. Aqui, procura-se aferir a possível relação entre o posicionamento dos partidos sucessores com as atitudes dos cidadãos, ou seja, pretende-se estabelecer uma ligação entre o facto dos partidos sucessores se terem reformado ou não com as atitudes dos cidadãos relativas ao período autoritário. No entanto, é necessário referir que nem todos os casos de análise são caracterizados pela presença de partidos sucessores. Logo, na regressão realizada na Tabela 4 só foram incluídos os 11 casos em análise em que tais partidos existiam¹¹.

Tal como se verificou nos testes realizados anteriormente (Tabelas 1 e 3), as variáveis *género* e *instrução* revelam-se impactantes nas atitudes em relação ao passado. Para além disto, a variável *religião* continua a não possuir significância estatística e, por conseguinte, deve-se afirmar que não existem evidências para estabelecer uma ligação entre esta variável com o fenómeno que se quer explicar. Em dissonância com os resultados obtidos anteriormente (Tabelas 1 e 3), a variável interesse na política apresentou valores de significância fora do padrão estabelecido, ou seja, apresentou um resultado sem significância estatística.

No que concerne ao efeito das variáveis independentes micro, o teste presente na tabela 4 demonstra que todas as variáveis que compõem este grupo apresentam resultados

¹¹ Ver lista de casos no Anexo B.

estatisticamente significativos, o que se traduz na existência de uma relação entre as variáveis explicativas com a variável dependente. A direção da relação entre estas variáveis e as atitudes face ao passado é também similar à já reportada, exceto num caso. De facto, neste subgrupo de países, entre os cidadãos que expressam menores níveis de orgulho na nacionalidade, as atitudes em relação ao passado são melhores. Neste sentido, é possível afirmar que em países marcados pela presença de partidos sucessores, níveis mais baixos de orgulho na nacionalidade traduzem-se na apresentação de perspetivas mais favoráveis face ao passado.

Tabela 4- Impacto da variável macro *posicionamento dos partidos sucessores em relação ao passado autocrático* nas atitudes dos cidadãos

(Regressão Linear Simples)

	β	Sig.
Constante	4,613 (0,224)	<0,001
Género	0,241 (0,057)	<0,001
Religião	0,005 (0,049)	0,920
Instrução	-0,060 (0,014)	<0,001
Interesse na Política	0,058 (0,034)	0,088
Faixa etária	0,009 (0,002)	<0,001
Ideologia	0,884 (0,064)	<0,001
Orgulho na nacionalidade	0,121 (0,036)	<0,001
Avaliação do Atual Regime	-0,272 (0,014)	<0,001
Posicionamento em relação ao Passado	0,334 (0,058)	<0,001
N	7,862	
R ²	0,092	

Fonte: Cálculos realizados com base nos dados do WVS de 1995-1999 e nas variáveis criadas a partir das obras de Manson (2018) e Ishiyama & Bozóki (2001)

(Nesta tabela são apresentados os coeficientes não estandardizados com erros-padrão)

Em relação ao impacto do *posicionamento dos partidos sucessores* nas atitudes dos cidadãos relativas ao passado comunista, os resultados demonstram que este é estatisticamente significativo. Em concreto, nos países em que os partidos sucessores

adotaram posturas reformistas, reformando-se parcialmente ou totalmente, os cidadãos tendem a expressar perspectivas mais favoráveis em relação ao passado político autocrático, enquanto nos estados cujos partidos sucessores não se reformaram, os indivíduos expressam avaliações menos positivas face à experiência política comunista. Neste sentido, as hipóteses 7 (a) e (b) não se verificam.

Os resultados relativos à existência e posição de partidos sucessores devem ser relacionados com as questões inerentes ao sentimento nacionalista, que predominou a realidade social e política após o colapso do período autocrático (Manson, 2018). Neste cenário, a presença de partidos sucessores e o posicionamento mais positivo destes em relação ao passado pode ser interpretado pela população como um desejo de regressar ao mesmo, o que significa um perigo à soberania dos diversos estados. Aliás, esta questão tomou conta da realidade política pós-comunista, principalmente nos contextos nacionais em que o sistema partidário registava a presença de partidos com ligações ao passado autocrático, instaurando-se um clima de tensão na atividade política entre os partidos nacionalistas com os partidos sucessores (Grzymala-Busse, 2001), baseando-se principalmente em questões nacionalistas.

Uma última nota é necessária. Neste trabalho, tendo por base os valores do R^2 nos diversos testes realizados, reconhece-se que os fatores selecionados para explicar o fenómeno em análise apresentam um impacto reduzido nas atitudes dos cidadãos em relação ao passado autocrático. Assim sendo, admite-se que existem diversos outros fatores associados aos indivíduos e ao sistema que podem apresentar um impacto superior nas perspectivas sobre o passado. À semelhança do que se verifica com os testes gerais, os testes realizados para cada país também apresentam valores de R^2 muito parecidos com os observados anteriormente, ou seja, em todos os casos os fatores enunciados como responsáveis pelas atitudes individuais demonstram-se modestos na sua capacidade explicativa. Numa perspectiva comparativa, ao analisar o impacto dos diversos fatores nas perspectivas individuais relativas ao período comunista, nos diversos contextos nacionais, observa-se que os casos da Croácia (12,2%) e da Polónia (10,7%) registam os valores mais altos de R^2 e, na outra ponta do vértice, encontra-se o caso da Albânia que regista os valores mais baixos, com 0,8%.

Conclusão

Após o colapso dos regimes autocráticos comunistas europeus, nos anos 90 do século passado, os mesmos continuaram a estar presentes nas novas realidades políticas, económicas e sociais. Como demonstração da continuação do período autocrático no mundo pós-comunista, alguns cidadãos apresentaram avaliações positivas em relação ao passado autocrático, o que suscitou interesse por parte da comunidade científica e fomentou a necessidade de descobrir os fatores explicativos deste fenómeno. Ao longo dos anos, as contribuições empíricas para o entendimento das atitudes em relação ao período autoritário têm-se revelado limitadas, o que impossibilitou a existência de respostas conclusivas. Assim sendo, com o desejo de alcançar uma resposta satisfatória e mais completa, a presente dissertação procurou associar as atitudes a diversos fenómenos de diversas origens, alargando o número de casos de análise para o maior número possível.

Numa linha de pensamento distinta da maioria das demais contribuições, que associam as atitudes face ao passado autocrático a questões associadas aos indivíduos (ex. Erkman & Linde, 2005; Munro, 2006; Gherghina, 2011; Gherghina & Klymenko, 2012; Pop-Eleches & Tucker, 2017), o presente estudo demonstrou que as perspetivas individuais em relação ao período comunista derivam de fatores micro e macro.

Com a análise agregada dos 20 estados europeus, com passado político associado aos regimes autocráticos comunistas, pode-se reafirmar que a demonstração de perspetivas individuais mais favoráveis em relação ao passado está relacionada com algumas características individuais, como o *género*, a *instrução* e o *interesse pela política*. A literatura especializada na temática raramente realçou o impacto deste grupo de variáveis, no entanto, nos raros casos que o realizou focou-se principalmente no impacto da instrução e da religião. Neste sentido, em concordância com os resultados evidenciados no estudo de Santana Pereira et al. (2016), a instrução assume-se como impactante nas atitudes individuais, sendo que tal como os autores relataram, os indivíduos com níveis de instrução mais elevados posicionam-se mais negativamente em relação ao passado autocrático ou, numa outra perspetiva, indivíduos com níveis de instrução mais baixos apresentam perspetivas mais positivas. Relativamente ao impacto da religião, os resultados são diferentes dos de outros estudos (ex.: Santana Pereira et al., 2016), visto que esta variável não apresentou significância estatística. No que se refere ao efeito do género, a literatura tende a não lhe atribuir grande

relevância ou a recusar o efeito do mesmo (Munro, 2006). Não obstante, os testes evidenciaram que esta variável impacta nas perspetivas em relação ao passado, sendo que os inquiridos do género feminino são mais propícios a apresentar perspetivas mais favoráveis em relação ao anterior regime. Já no que respeita o efeito do interesse na política, os resultados apresentados na presente dissertação permitem a demonstração de um posicionamento concordante com as demais contribuições (ex.: Munro, 2006), ao confirmarem o impacto da mesma na forma como os cidadãos se posicionam face ao regime autocrático. Neste cenário, pode-se afirmar que os níveis mais baixos de interesse na política traduzem-se na apresentação de atitudes mais favoráveis face ao passado autocrático.

Relativamente às variáveis independentes de natureza individual, os testes vieram a corroborar com alguns dos resultados obtidos anteriormente nas demais contribuições. À semelhança de outros estudos (Gherghina & Klymenko, 2012; Pop-Eleches & Tucker, 2017), comprovou-se que exposição individual, ao longo da vida, ao regime soviético reflete-se nas atitudes individuais, sendo que, tal como Pop-Eleches & Tucker (2017) já tinham afirmado, os indivíduos de faixas etárias mais avançadas tendem a apresentar perspetivas mais favoráveis em relação ao período autocrático comunista, atendendo o maior tempo de exposição ao regime. Para além disso, os testes reafirmaram as conclusões obtidas anteriormente pelas demais contribuições (Santana Pereira et al., 2016; Raimundo & Santana Pereira, 2021) relativamente ao impacto da ideologia individual na opinião dos cidadãos em relação ao regime anterior. Neste sentido, os indivíduos que se identificam ideologicamente de esquerda evidenciam avaliações mais favoráveis em relação ao anterior regime. No que se refere ao orgulho na nacionalidade, contrariamente às perspetivas pré-concebidas baseadas na literatura (Manson, 2018), os resultados revelaram que os cidadãos mais orgulhosos da sua nacionalidade evidenciam tendências mais positivas face ao regime comunista. Por fim, a avaliação do atual regime também se apresentou como variável impactante nas perspetivas dos indivíduos em relação ao passado. Esta observação vai ao encontro da maioria dos estudos anteriores (ex.: Erkman & Linde, 2005; Gherghina & Klymenko, 2012; Santana Pereira et al., 2016) referentes à temática em estudo, que afirmam o impacto da *avaliação do atual regime* na opinião face ao anterior. Neste contexto, cenários de fragilidade política e económica no contexto atual tendem a traduzir-se em perspetivas mais negativas em relação ao novo regime e, por conseguinte, em perspetivas mais favoráveis em relação ao anterior. Assim sendo, a demonstração de atitudes favoráveis face ao passado pode também ser vista como uma forma de contestação face ao atual panorama político ou económico.

Já no que respeita à componente macro, a presente dissertação veio comprovar algumas das observações relatadas na literatura. Em linha de concordância com Raimundo e Santana Pereira (2021), os testes também evidenciaram uma relação entre a presença de partidos sucessores no novo contexto político, embora de sinal oposto. Enquanto Raimundo e Santana Pereira (2021) afirmam que a presença de partidos sucessores se traduz na apresentação de atitudes mais favoráveis, os resultados do presente estudo demonstram uma relação oposta, ou seja, nos contextos nacionais cuja elite autocrática transpôs para o novo regime através dos partidos sucessores, os cidadãos apresentam atitudes menos positivas face ao passado. Já no que tange o impacto do posicionamento dos partidos sucessores nas atitudes individuais, os resultados continuam em linha de consonância ao afirmarem o impacto desta variável nas atitudes face ao passado. Não obstante, verifica-se mais uma vez uma distinta relação entre os dois fenómenos. Enquanto Raimundo e Santana Pereira (2021) observam uma associação entre a apresentação de perspectivas favoráveis face ao passado e a não reforma por parte dos partidos sucessores, na presente dissertação os resultados evidenciam que nos contextos nacionais em que os partidos sucessores seguiram o caminho da reforma (total ou parcial), a população tende a apresentar avaliações mais positivas em relação ao regime anterior.

Em resumo, atendendo estes resultados, o fenómeno em análise demonstrou ser explicável por diversas dimensões associadas às componentes micro e macro. Subjacente a isto, também foi possível descobrir que as atitudes dos cidadãos resultam de fenómenos associados ao anterior e atual regime e, neste sentido, associar as atitudes face ao passado autocrático como reflexo do legado autocrático revela-se uma ideia incorreta. Ainda, a apresentação de avaliações mais positivas em relação ao passado pode não simbolizar uma concordância ou apoio com esse determinado contexto político, mas traduzir algum nível de contestação face à situação atual e ao atual regime (Mishler & Rose, 2002; Santana Pereira et al; 2016).

Posto isto, o presente estudo procurou contribuir com a apresentação de uma visão agregadora e alargada do fenómeno das atitudes face ao passado, ao explorar os efeitos de questões associadas aos indivíduos e ao sistema, numa escala geográfica maior. Não obstante, à similitude das demais contribuições, a presente investigação também apresenta certas limitações associadas principalmente à temporalidade dos dados, que remontam a um período remoto, o que impossibilita uma contribuição mais atual sobre o fenómeno. Para além disto, por limitações associadas às fontes de dados, não é possível analisar todos os países europeus

com passado associado aos regimes autocráticos comunistas, como ocorre nos casos do Kosovo, Montenegro, República Democrática Alemã e Sérvia.

No futuro, as contribuições devem procurar expandir-se geograficamente para outros contextos, visto que a maioria da investigação existente se centraliza no mundo pós-comunista e, analisar novos casos com um passado político associado a um regime autocrático, noutros pontos geográficos, como por exemplo à América Latina ou a Europa Central e do Sul. Subjacente a esta ideia de expansão geográfica, a pesquisa especializada na temática deve-se expandir temporalmente, atendendo às limitações intrínsecas à temporalidade dos trabalhos existentes, são necessárias novas contribuições com dados mais recentes referentes aos casos já analisados ou novos casos, de modo a permitir, por um lado, uma visão evolutiva da temática e, por outro, uma visão mais atual sobre a mesma. Por fim, uma vez que, à semelhança das demais contribuições, a presente investigação pode não ter conseguido identificar outros fatores que se podem ter assumido como relevantes para explicar o fenómeno em estudo. Neste sentido, futuros estudos devem, à semelhança do que acontece nos trabalhos de Santana Pereira et al. (2016) ou de Raimundo e Santana Pereira (2021), tentar identificar novos fatores explicativos das atitudes face ao passado. Assim sendo, as atitudes em relação ao período autocrático podem ser explicadas por diversas questões associadas a diversos períodos temporais e a diversos componentes sociais de origem macro e micro, ainda não identificados na literatura.

Referências Bibliográficas

- Abrahams, F. (2015). *Modern Albania: From Dictatorship to Democracy in Europe*. New York University Press.
- Albarracín, D., Zanna, M., Johnson, B. & Kumkale, G. (2005). Attitudes: Introduction and Scope. In Albarracín, D., Johnson, B. & Zanna, M. (eds.) *The Handbook of Attitudes*. Lawrence Erlbaum Associates Publishers. 3-19.
- Alesina, A. & Fuchs-Schundeln, N. (2005). Good Bye Lenin (or Not?): The Effect of Communism on people's preferences. Working Paper 11700.
- Almond, G. & Verba, S. (1963). *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton University Press.
- Almond, G., Bingham Powel, G., Strom, K. & Dalton, R. (1996). *Comparative Politics: A Theoretical Framework*. Fourth Edition. Longman.
- Berglund, S., Erkman, J., Deegan-Hause, K. & Knuten, T. (2013). *The Handbook of Political Change in Eastern Europe*, Third Edition. Edward Elgar.
- Carter, J., Bernhard, M. & Nordstrom, T. (2016). Communist Legacies and Democratic Survival in a Comparative Perspective: Liability or Advantage. *East European Politics and Societies and Culture*. 20 (4). 1-25.
- Comisso, E. (1997). Legacies of the past of new institutions: the struggle over restitution in Hungary. In Crawford, B. & Lijphart, A. (eds.) *Liberalization and Leninist Legacies: Comparative Perspectives on Democratic Transitions*. University of California at Berkeley. 184-227.
- Crawford, B. & Lijphart, A. (1997). Old Legacies, New Institutions: Explaining Political and Economic Trajectories in Post-Communist Regimes. in Crawford, B. & Lijphart, A. (eds.) *Liberalization and Leninist Legacies: Comparative Perspectives on Democratic Transitions*. University of California at Berkeley. 1-39.
- Dimas, E. & Northmore-Ball, K. (2020). The Ideological Shadow of Authoritarianism?; *Comparative Political Studies*. 53 (2).1957-1991.
- Ekman, J. & Linde, J. (2005). Communist Nostalgia and the Consolidation of Democracy in Central and Eastern Europe. *Journal of Communist Studies and Transition Politics*. 21 (3). 354–74.
- Gherghina, S. (2011). Attitudes Towards the Communist Past in Five Central and Eastern European Countries. *History of Communism in Europe, 1: Politics of Memory in Post-Communist Europe*; Bucharest: Zeta Books. 165–79.
- Gherghina, S. & Klymenko, L. (2012). Why look back? Citizens' attitudes toward the Communist Regime in Belarus, Russia, and Ukraine. *Problems of Post-Communism*. 59(1). 55-65.
- Grzymala-Busse, A. (2001). Coalition Formation and the Regime Divide in New Democracies: East Central Europe. *Comparative Politics*. 34 (1). 85-104.
- Grzymala-Busse, A. (2003). Redeeming the Past: Communist Successor Parties after 1989". in Ekiert, G & Hanson, S. (eds.) *Capitalism and Democracy in Central and Eastern Europe*. Cambridge University Press. 157-181.
- Grzymala-Busse, A. (2020). Consequences of Authoritarian Party Exit and Revention for Democratic Competition. *Comparative Political Studies*. 53 (10-11). 1704-1737.

- Gunitsky, S. (2017). *Aftershocks. Great Powers and Domestic Reforms in the Twentieth Century*. Princeton University Press.
- Hanson, S. (1997). The Leninist Legacy, Institutional Change, and Post-Soviet Russia. In Crawford, B. & Lijphart, A. (eds.) *Liberalization and Leninist Legacies: Comparative Perspectives on Democratic Transitions*. University of California at Berkeley. 228-252.
- Hite, K. & Cesarini, P. (2004) *Authoritarian legacies and democracy in Latin America and Southern Europe*. University of Notre Dame Press.
- Huntington, S. (1991). *The Third Wave: Democratization in Late Twentieth Century*. University of Oklahoma Press.
- Inglehart, R. et al. (2014). *World Values Survey: Round Three*. JD Systems Institute.
- Ishiyama, J., Bozóki, A. (2001). Adaptation and Change: Characterizing the Survival Strategies of the Communist Successor Parties. *Journal of Communist Studies and Transition Politics*. 17 (3). 32-51.
- Jowitt, K. (1992). *New World Disorder: The Leninist Legacy*. University of California Press.
- Karl, T. (1990). Dilemmas of Democratization in Latin America. *Comparative Politics*. 23(1). 1-21.
- Krosnick, J. Judd, C. & Wittenbrink, B. (2005). The Measurement of Attitudes. In Albarracín, D., Johnson, B. & Zanna, M. (eds.) *The handbook of attitudes*. Lawrence Erlbaum Associates Publishers. 21-76.
- Laporte, J. & Lussier, D. (2011). What is the Leninist Legacy? Assessing Twenty years of Scholarship. *Slavic Review*. 70(3). 637-654.
- Linz, J. (1978). *The Breakdown of Democratic Regimes: Crisis, Breakdown & Reequilibration*. The Johns Hopkins University Press.
- Linz, J. & Stepan, A. (1996). *Problems of Democratic: Transition and Consolidation- Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. The Johns Hopkins University Press.
- Manson, D. (2018). *Revolution and Transition in East-Central Europe: Second Edition*. Routledge.
- Merkel, W. (2008). Plausible Theory, Unexpected Results: The Rapid Democratic Consolidation in Central and Eastern Europe. *International Politics and Society*. 2.11-29.
- Mishler, W & Rose, R (2002). Learning and re-learning regime support: the dynamics of post-communist regimes. *European Journal of Political Research*. 41. 5-36.
- Morlino, L. (1998). *Democracy Between Consolidation and Crisis: Parties, Groups, and citizens in Southern Europe*. Oxford University Press.
- Morlino, L. (2010). Authoritarian Legacies, Politics of the past and the quality of Democracy in Southern Europe: Open Conclusions. *South European Society and Politics*. 15(3). 507-529.
- Munck, G.; Leff, C. (1997). Modes of Transition and Democratization: South America and Eastern Europe in Comparative Perspective. *Comparative Politics*. 29 (3). 343-362.
- Munck, G. (2001). The Regime Question: Theory Building in Democracy Studies. *World Politics*. 54. 119-144.
- Munro, N. (2006). *Russia's Persistent Communist Legacy: Nostalgia, Reaction, and Reactionary Expectations*. University of Aberdeen, Centre for the Study of Public Policy.
- Neundorff, A. (2010). Democracy in transition: A Micro perspective on system change in Post-socialist societies. *The Journal of Politics*. 72(4). 1096-1108.
- Neundorff, A. & Pop-Eleches, G. (2020). Dictators and Their Subjects: Authoritarian Attitudinal Effects and Legacies. *Political Comparative Studies*. 53(12). 1839-1860.

- O'Donnell, G. & Schmitter, P. (1986). *Transitions From Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. The Johns Hopkins University Press.
- Przeworski, A. (2022). Formal Models of Authoritarian Regimes: A Critique. *Perspectives on Politics*. 21(3). 979-988.
- Pop-Eleches, G. & Tucker, J. (2010). After the Party: Legacies and Left-Right Distinctions in Post-Communist Countries. Working Paper 2010/250.
- Pop-Eleches, G. & Tucker, J. (2011). Communism's Shadow: Postcommunist Legacies, Values, and Behavior. *Comparative Politics*. 43(4). 379-399.
- Pop-Eleches, G. & Tucker, J. (2013). Associated with the Past? Communist Legacies and Civic Participation in Post-Communist Countries. *East European Politics and Societies and Cultures*. 27(1). 45-68.
- Pop-Eleches, Grigore; Tucker, Joshua (2017). *Communism's Shadow: Historical Legacies and Contemporary Political Attitudes*. Princeton University Press.
- Santana-Pereira, J., Raimundo, F. & Costa Pinto, A. (2016). An ever-shadowed past? Citizens' attitudes towards the dictatorship in twenty-first century Portugal. *South European Society and Politics*. 21 (2). 197–210.
- Santana-Pereira, J. & Raimundo, F. (2021). Do Successor Parties Influence Public Attitudes toward the Past? Evidence from Young Democracies. *Communist and Post-Communist Studies*. 54 (3). 1–26.
- Share, D. (1987). Transition to Democracy and Transition Through Transaction. *Comparative Political Studies*. 19(4). 525-548.
- Teorell, J & Hadenius, A. (2004). Determinants of Democratization: Takings stock of the large-N Evidence. in Berg-Schlosser, D. (ed.) *Democratization: The State of the Art*. Barbera Budrich Publishing House. 69-96.
- Vanhanen, T. (2003). *Democratization: A comparative analysis of 170 countries*. Routledge.

Anexos

Anexo A- Distribuição dos estados de acordo com a participação da Elite Autocrática no Processo de mudança de Regime

Não Participou	Participou
Arménia Bósnia & Herzegovina Croácia Eslovénia Estónia Geórgia Letónia Lituânia Macedónia do Norte Moldávia Roménia	Albânia Bielorrússia Bulgária Chéquia Eslováquia Hungria Polónia Rússia Ucrânia

Fonte: Baseado na obra de Manson (2018)

Anexo B- Partidos Sucessores e respetivo posicionamento em relação ao passado

Não Reformados

KSCM (Chéquia)
KPU (Ucrânia)
SPA (Albânia)
KPRF (Rússia)

Parcialmente Reformados

BSP (Bulgária)
LDDP (Lituânia)
PDSR (Romênia)

Reformados

MSZP (Hungria)
SLD (Polónia)
SDP (Eslovénia)
SDL (Eslováquia)

Fonte: Baseado no modelo de Ishiyama & Bozóki (2001)

Anexo C- Análise do impacto das diversas variáveis nos diversos casos de análise (Regressões Simples) ¹²

	Albânia		Arménia		Bielorrússia		Bósnia & Herzegovina	
	β	Sig.	β	Sig.	β	Sig.	β	Sig.
Constante	-1,589 (0,387)	0,125	7,457 (0,552)	<0,001	3,136 (0,605)	<0,001	2,820 (0,599)	<0,001
Género	0,073 (0,096)	0,447	0,019 (0,138)	0,890	0,256 (0,161)	0,111	0,192 (0,156)	0,219
Religião	0,320 (0,085)	<0,001	0,081 (0,121)	0,503	0,277 (0,135)	0,041	0,292 (0,143)	0,041
Instrução	-0,029 (0,024)	0,238	-0,163 (0,042)	<0,001	-0,126 (0,041)	0,002	-0,038 (0,093)	0,374
Interesse na Política	0,025 (0,055)	0,645	0,039 (0,080)	0,630	-0,055 (0,093)	0,557	0,367 (0,091)	<0,001
Faixa etária	0,011 (0,003)	<0,001	0,011 (0,004)	0,016	0,024 (0,005)	<0,001	0,021 (0,006)	<0,001
Ideologia	0,748 (0,093)	<0,001	0,357 (0,155)	0,022	-0,068 (0,184)	0,713	0,723 (0,165)	<0,001
Orgulho na Nacionalidade	0,271 (0,068)	<0,001	-0,304 (0,083)	<0,001	-0,049 (0,092)	0,592	-0,157 (0,099)	0,111
Avaliação do Atual Regime	0,377 (0,037)	<0,001	-0,179 (0,033)	<0,001	0,287 (0,041)	<0,001	0,037 (0,037)	0,313
N	827		1337		975		1008	
R ²	0,008		0,023		0,049		0,027	

	Bulgária		Chéquia		Croácia		Eslováquia	
	β	Sig.	β	Sig.	β	Sig.	β	Sig.
Constante	5,559 (0,708)	<0,001	4,036 (0,067)	<0,001	2,030 (0,455)	<0,001	6,185 (0,638)	<0,001
Género	0,610 (0,181)	<0,001	-0,053 (0,116)	0,717	0,115 (0,129)	0,376	0,037 (0,169)	0,827
Religião	0,424 (0,150)	0,005	-0,004 (0,114)	0,975	0,335 (0,116)	0,004	0,147 (0,159)	0,355
Instrução	-0,175 (0,043)	<0,001	-0,184 (0,041)	<0,001	-	-	-0,165 (0,046)	<0,001
Interesse na Política	0,029 (0,111)	0,796	0,090 (0,086)	0,293	0,218 (0,073)	0,003	0,238 (0,102)	0,020
Faixa etária	0,006 (0,005)	0,300	0,002 (0,011)	0,743	0,009 (0,004)	0,030	0,001 (0,006)	0,863
Ideologia	1,952 (0,228)	<0,001	1,479 (0,273)	<0,001	0,567 (0,157)	<0,001	0,883 (0,186)	<0,001
Orgulho na Nacionalidade	-0,476 (0,118)	<0,001	0,211 (0,103)	0,041	0,363 (0,091)	<0,001	-0,199 (0,118)	0,093
Avaliação do Atual Regime	-0,321 (0,042)	<0,001	0,002 (0,038)	0,906	-0,121 (0,035)	<0,001	0,156 (0,039)	<0,001
N	725		911		990		833	
R ²	0,071		0,038		0,122		0,040	

¹² No caso da Croácia não é incluída na análise a variável "instrução" atendendo a sua não aferição no contexto do WVS de 1995-1999

	Eslovénia		Estónia		Geórgia		Hungria	
	β	Sig.	β	Sig.	β	Sig.	β	Sig.
Constante	3,438 (0,641)	<0,001	4,594 (0,781)	<0,001	3,982 (0,555)	<0,001	5,964 (0,873)	<0,001
Género	0,332 (0,176)	0,059	0,034 (0,176)	0,849	0,412 (0,151)	0,007	0,264 (0,215)	0,221
Religião	0,317 (0,142)	0,026	-0,041 (0,159)	0,798	0,187 (0,208)	0,368	0,305 (0,180)	0,090
Instrução	-0,164 (0,046)	<0,001	-0,122 (0,044)	0,005	-0,161 (0,042)	<0,001	-0,196 (0,051)	<0,001
Interesse na Política	0,009 (0,102)	0,938	0,078 (0,113)	0,487	0,195 (0,086)	0,023	0,058 (0,116)	0,617
Faixa etária	0,016 (0,006)	0,005	0,003 (0,006)	0,631	0,033 (0,005)	<0,001	-1,211 E- 5 (0,007)	0,999
Ideologia	0,803 (0,186)	<0,001	0,421 (0,234)	0,072	-0,324 (0,188)	0,085	0,893 (0,242)	<0,001
Orgulho na Nacionalidade	0,011 (0,118)	0,931	0,437 (0,123)	<0,001	0,159 (0,122)	0,191	-0,155 (0,163)	0,344
Avaliação do Atual Regime	0,047 (0,039)	0,297	-0,235 (0,046)	<0,001	-0,062 (0,034)	0,066	-0,174 (0,056)	0,002
N	642		579		1493		501	
R ²	0,038		0,030		0,028		0,033	

	Letónia		Lituânia		Macedónia do Norte		Moldávia	
	β	Sig.	β	Sig.	β	Sig.	β	Sig.
Constante	4,594 (0,781)	<0,001	3,333 (0,908)	<0,001	4,510 (0,940)	<0,001	4,510 (0,940)	<0,001
Género	0,034 (0,176)	0,849	0,535 (0,201)	0,008	0,155 (0,255)	0,544	0,155 (0,255)	0,544
Religião	-0,041 (0,159)	0,798	0,133 (0,254)	0,600	0,329 (0,243)	0,176	0,329 (0,243)	0,176
Instrução	-0,122 (0,044)	0,005	-0,100 (0,054)	0,066	-0,248 (0,062)	<0,001	-0,248 (0,062)	<0,001
Interesse na Política	0,078 (0,113)	0,487	0,344 (0,136)	0,012	0,234 (0,153)	0,127	0,234 (0,153)	0,127
Faixa etária	0,003 (0,006)	0,631	0,013 (0,007)	0,032	0,009 (0,010)	0,353	0,009 (0,010)	0,353
Ideologia	0,421 (0,234)	0,072	-0,220 (0,242)	0,364	0,270 (0,259)	0,299	0,270 (0,259)	0,299
Orgulho na Nacionalidade	0,437 (0,123)	<0,001	0,272 (0,128)	0,034	0,024 (0,181)	0,894	0,024 (0,181)	0,894
Avaliação do Atual Regime	-0,235 (0,046)	<0,001	-0,245 (0,048)	<0,001	0,254 (0,057)	<0,001	0,254 (0,057)	<0,001
N	691		649		490		490	
R ²	0,022		0,043		0,048		0,049	

	Polónia		Roménia		Rússia		Ucrânia	
	β	Sig.	β	Sig.	β	Sig.	β	Sig.
Constante	3,577 (0,680)	<0,001	0,892 (0,340)	0,009	7,455 (0,657)	<0,001	7,455 (0,657)	<0,001
Género	0,619 (0,179)	<0,001	-0,087 (0,087)	0,315	0,323 (0,167)	0,054	0,323 (0,167)	0,054
Religião	0,267 (0,268)	0,320	0,180 (0,096)	0,061	-0,298 (0,141)	0,035	-0,298 (0,141)	0,035
Instrução	-0,351 (0,048)	<0,001	-0,013 (0,023)	0,556	-0,191 (0,044)	<0,001	-0,191 (0,044)	<0,001
Interesse na Política	0,236 (0,105)	0,025	-0,042 (0,050)	0,403	0,036 (0,100)	0,716	0,036 (0,100)	0,716
Faixa etária	-0,004 (0,006)	0,488	-0,002 (0,003)	0,487	-0,001 (0,006)	0,795	-0,001 (0,006)	0,795
Ideologia	1,114 (0,213)	<0,001	0,095 (0,097)	0,325	0,980 (0,185)	<0,001	0,980 (0,185)	<0,001
Orgulho na Nacionalidade	-0,037 (0,160)	0,817	-0,001 (0,056)	0,989	-0,140 (0,091)	0,123	-0,140 (0,091)	0,123
Avaliação do Atual Regime	0,009 (0,044)	0,836	0,715 (0,023)	<0,001	-0,247 (0,046)	<0,001	-0,247 (0,046)	<0,001
N	790		838		980		980	
R ²	0,107		0,025		0,053		0,053	

Fonte: Cálculos realizados com base nos dados do WVS de 1995-1999

(Nesta tabela são apresentados os coeficientes não estandardizados com erros-padrão)